



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

DATA DA REUNIÃO: VINTE E TRÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E NOVE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-

VEREADOR DR. JOÃO MANUEL MACHADO FARIA DE ABREU – PSD – FALTOU POR
RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – PRESENTE.-----

VEREADOR LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR JOSÉ LUÍS DA SILVA PEREIRA MARTINS – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS –
PRESENTE.-----

VEREADOR DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – PRESENTE.---

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E VINTE E CINCO MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: DEZ HORAS E QUARENTA MINUTOS.-----



SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA NOMEADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ACTA.-----

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ACTA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

03

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23/SETEMBRO/2009 – ACTA Nº 21

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da acta da última reunião ordinária (09/09/2009)
- 2 – Concelho de Celanova (Ourense): Atribuição da denominação “Rúa de Santo Tirso” à anteriormente designada “Rúa n.º 13” da Vila de Celanova: conhecimento
- 3 – Acordo de Colaboração celebrado com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., tendo por objecto a atribuição de habitações condignas a 66 agregados familiares residentes no concelho de Santo Tirso em situação de grave carência habitacional: Aprovação
- 4 – Aquisição de 23 fracções autónomas na freguesia de Areias, destinadas a realojamento de agregados familiares em situação de grave carência habitacional
- 5 – Aquisição de 45 fracções autónomas na freguesia de Vila das Aves, destinadas a realojamento de agregados familiares em situação de grave carência habitacional
- 6 – Contratação de empréstimo a longo prazo destinado a financiamento complementar da aquisição de 23 fracções autónomas na freguesia de Areias, destinadas a realojamento de agregados familiares em situação de grave carência habitacional: Pedido de autorização à assembleia municipal
- 7 – Contratação de empréstimo a longo prazo destinado a financiamento complementar da aquisição de 45 fracções autónomas na freguesia de Vila das Aves, destinadas a realojamento de agregados familiares em situação de grave carência habitacional: Pedido de autorização à assembleia municipal
- 8 – Contratos de Arrendamento para fins não habitacionais a celebrar pelo Município de Santo Tirso para execução do Acordo de Colaboração celebrado com a AMA, I.P. – Agência para a Modernização Administrativa. I.P e a Estrutura de Missão Lojas do Cidadão de Segunda Geração, ratificado pela câmara em reunião de 15/10/2008: Alteração das minutas dos contratos



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

04

aprovados em reunião de 12/08/2009: Ratificação de despacho do Presidente da Câmara

- 9 – Protocolo de Colaboração celebrado entre a Rede Ferroviária Nacional REFER EPE e os Municípios de Santo Tirso e Vila Nova de Famalicão: Ratificação
- 10 – Aquisição de cinco parcelas de terreno destinadas à Execução da obra de “Rectificação e Pavimentação da Rua da Capela – S. Mamede de Negrelos”
- 11 – Outros Subsídios

Santo Tirso, 18 de Setembro de 2009

O Presidente,

Nota: Foram aditados à Ordem do Dia da presente reunião os assuntos constantes dos itens 12 e 13 da presente acta, a saber:

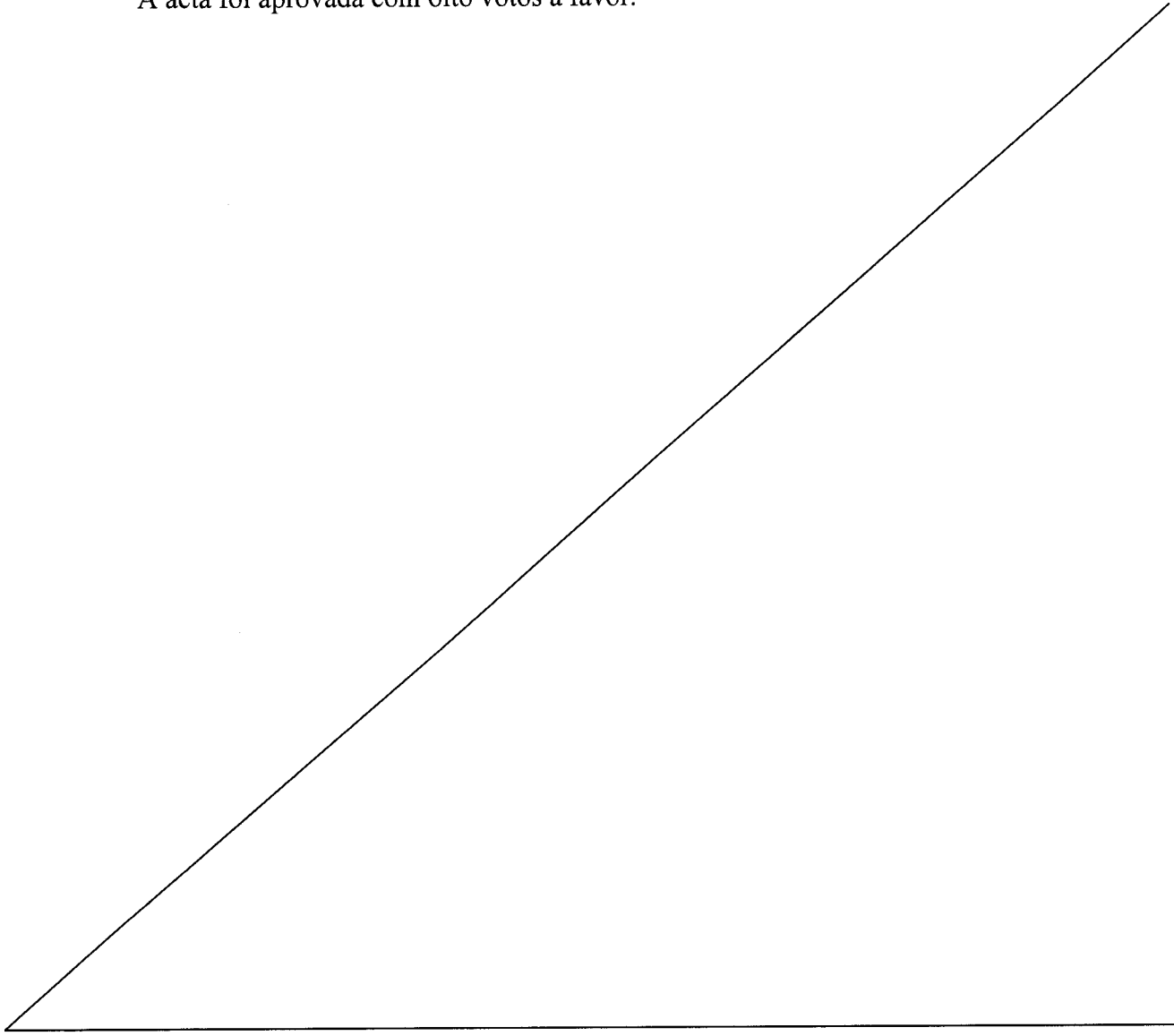
- 12 - Empreitada: "Unidade de Saúde de Areias": Decisão de contratar;
- 13 - Empreitada: "Unidade de Saúde de S. Martinho do Campo": Decisão de contratar.

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (09/09/2009).-----

Presente a acta da reunião ordinária realizada no dia nove do corrente mês de Setembro, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida acta, o Senhor Presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara deliberasse aprovar a aludida acta.-----

A acta foi aprovada com oito votos a favor.-----

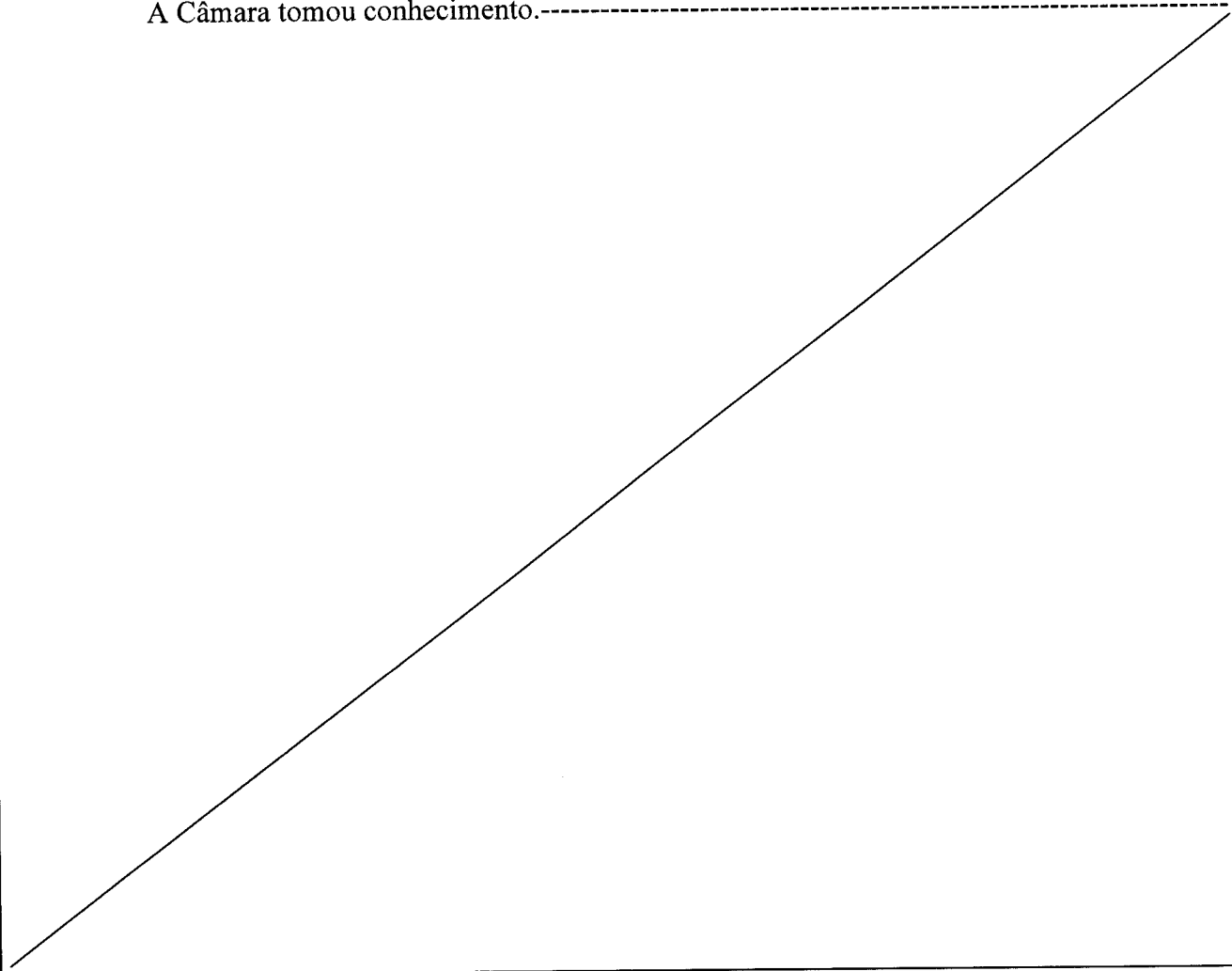




**2. CONCELHO DE CELANOVA (OURENSE): ATRIBUIÇÃO DA DENOMINAÇÃO
“RUA DE SANTO TIRSO” À ANTERIORMENTE DESIGNADA “RUA N.º 13” DA VILA DE
CELANOVA: CONHECIMENTO.**-----

Presente ofício de quinze de Junho último, do Concelho de Celanova, Ourense, Espanha, a remeter certidão do parecer do Plano do Concelho de Celanova, de dezoito de Maio último, que decidiu alterar a designação da “Rua n.º 13” da Vila de Celanova para “Rua de Santo Tirso”, em homenagem à cidade geminada de Santo Tirso.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----





Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

3. ACORDO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO COM O INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P., TENDO POR OBJECTO A ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÕES CONDIGNAS A 66 AGREGADOS FAMILIARES RESIDENTES NO CONCELHO DE SANTO TIRSO EM SITUAÇÃO DE GRAVE CARÊNCIA HABITACIONAL: APROVAÇÃO.-----

Presente ofício de três de Agosto findo, do Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., registado com o número onze mil e trezentos, a remeter minuta do Acordo de Colaboração a celebrar entre o município de Santo Tirso e aquele Instituto, tendo por objecto a resolução de situações de grave carência habitacional identificadas pelo município de Santo Tirso no respectivo território, na sequência da candidatura apresentada pelo município ao abrigo do Decreto – Lei 135/2004, de 03 Junho, que cria o PROHABITA – Programa de Financiamento para Acesso à Habitação, candidatura essa que mereceu aprovação de sua Excelência o Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse ratificar a decisão de apresentação da referida candidatura ao PROHABITA, para resolução da situação de grave carência habitacional de sessenta e seis agregados familiares residentes no concelho de Santo Tirso, e aprovar a minuta do Acordo de Colaboração, de que se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I da mesma, composto por sete folhas, numeradas de um a sete, com a ressalva de que o número de agregados familiares a realojar é de sessenta e seis, e não sessenta e oito, conforme ofício já enviado ao Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana em catorze do corrente mês de Setembro, registado com o número dezanove mil novecentos e vinte e um.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



4. AQUISIÇÃO DE 23 FRACÇÕES AUTÓNOMAS NA FREGUESIA DE AREIAS, DESTINADAS A REALOJAMENTO DE AGREGADOS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DA GRAVE CARÊNCIA HABITACIONAL.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

No âmbito das atribuições do município no domínio da habitação, foi apresentada uma candidatura junto do Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., nos termos do artigo 4º do Decreto-Lei 135/2004, de 03 de Junho, com vista à resolução de situações de grave carência habitacional de agregados familiares residentes no concelho de Santo Tirso, candidatura essa aprovada por Sua Excelência o Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, na sequência do que foi celebrado o Acordo de Colaboração hoje aprovado nesta reunião de câmara (item 3 da respectiva acta);-----

Em cumprimento do disposto na cláusula primeira daquele Acordo foi efectuado o levantamento dos agregados familiares a realojar, sendo que do total desses agregados familiares vinte e dois serão realojados na freguesia de Areias, em habitações a adquirir pelo município de harmonia com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 12º do referido diploma legal e o número um da cláusula segunda do referido Acordo de Colaboração;-----

Considerando que desses vinte e dois agregados familiares, catorze residem na freguesia de Areias, sendo os restantes residente em freguesias limítrofes;-----

Considerando a dimensão e composição desses vinte e dois agregados familiares;-----

Considerando que se deve evitar o desenraizamento da população, procedendo-se ao seu realojamento preferencialmente na freguesia onde residem ou em freguesia próxima;-----

Considerando que na freguesia de Areias existe um empreendimento habitacional a custos controlados, já edificado e devidamente licenciado, sito na Rua Américo Ferreira da Fonseca, números 16, 30, 44 e 50, correspondente ao prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número 706/20040302



87

(sete zero seis / dois zero zero quatro zero três zero dois) e inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 1336 (mil trezentos e trinta e seis);-----

Considerando que o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP, aprovou os valores máximos de venda dos fogos situados naquele prédio urbano, conforme ofício enviado à respectiva proprietária em trinta e um de Março último, com a referência 169935;-----

Considerando que a lei prevê também a possibilidade de serem adquiridos espaços destinados a equipamento social, quando a respectiva aquisição se justifique por razões sociais;-----

Considerando que no Plano Plurianual de Investimentos para o ano em curso, aprovado pela assembleia municipal em sessão ordinária de dez de Dezembro último, está prevista a aquisição de habitações para realojamento de agregados familiares em situação de grave carência habitacional (objectivo – 2.4.1; acção – 01/2002/79);-----

Considerando que o preço total das fracções autónomas a adquirir na freguesia de Areias, 1.545.410,00 € (um milhão quinhentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e dez euros), sendo vinte e duas destinadas a habitação e uma destinada a equipamento social para utilização colectiva dos moradores do prédio em que se integra, para o desenvolvimento de actividades sócio-educativas, será satisfeito pela rubrica orçamental 07010202, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme Proposta de Cabimento número 4001/2009, de 21 do corrente mês de Setembro;-----

Considerando que o preço global resulta dos valores unitários aprovados pelo IHRU para as fracções destinadas a habitação, em função de critérios de custo de construção, encargos relativos aos terrenos, projecto, infra-estruturas e demais custos financeiros, administrativos e fiscais, e que o preço unitário da fracção destinada a equipamento social, 23.986,00 € (vinte e três mil novecentos e oitenta e seis euros), representa um custo de aquisição de cerca de 630,00 €/m², inferior ao previsto na Portaria 683/2008, de 28 de Julho, sendo por isso aceitável;-----

Proponho que a câmara municipal, de harmonia com o previsto na alínea a) do n.º 6 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, delibere solicitar à assembleia municipal autorização



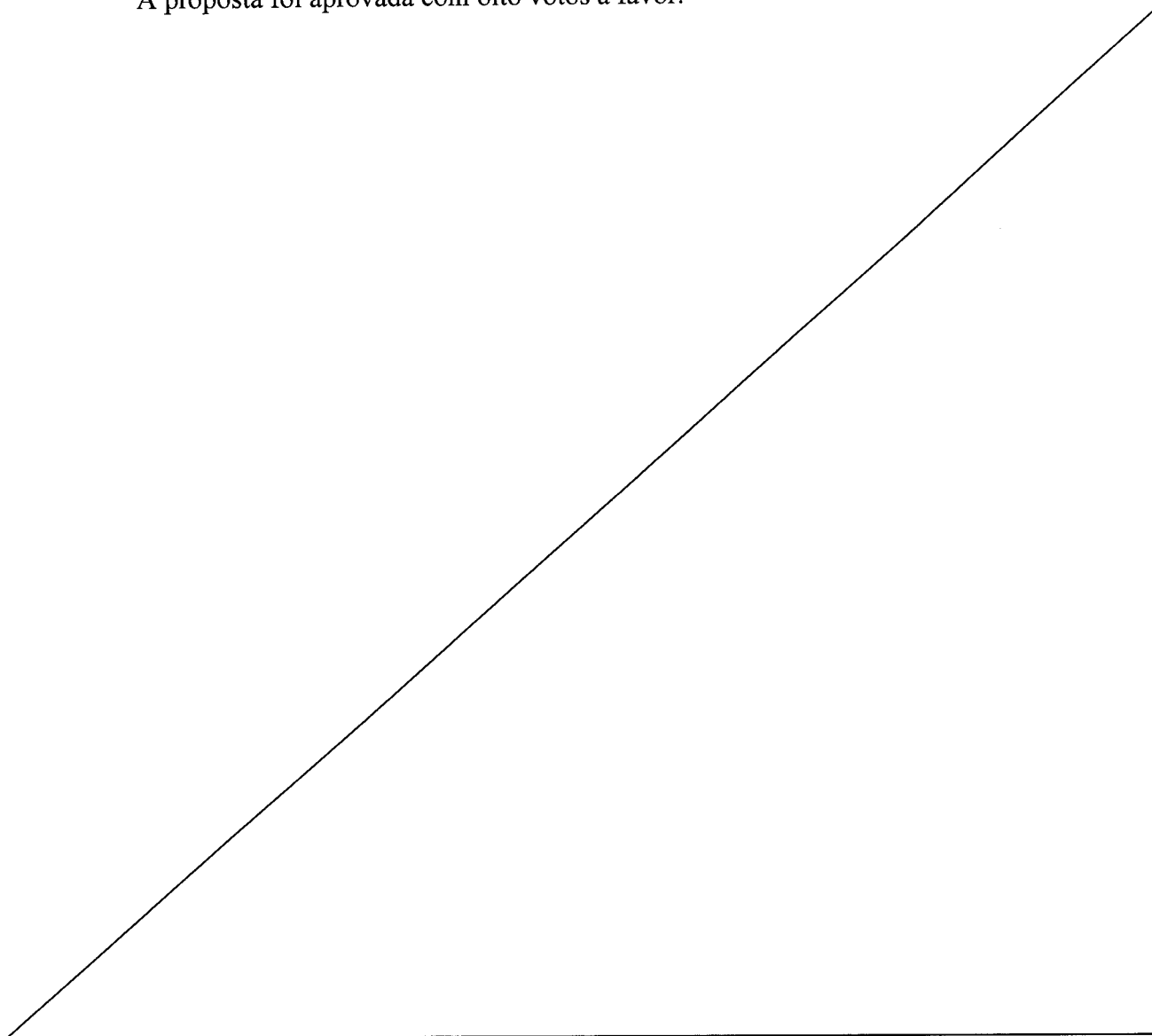
Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

7

para o município de Santo Tirso adquirir à sociedade Efimóveis – Imobiliária S.A. as fracções autónomas descritas na minuta de Contrato de compra e venda anexo à presente proposta, e que dela fica a fazer parte integrante constituindo as subsequentes onze folhas, pelo preço global de 1.545.410,00 € (um milhão quinhentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e dez euros), a pagar na totalidade na data da celebração do respectivo contrato e aprovar desde já a referida minuta.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



MINUTA DE

Contrato de Compra e Venda de
vinte e três fracções autónomas na
freguesia de Areias

Aos _____ dias do mês de _____ do ano dois mil e nove, nesta cidade de Santo Tirso e sede da Câmara Municipal, perante mim Maria Adriana Salgado Magalhães, Directora do Departamento Administrativo, servindo de Oficial Público para lavrar o presente contrato, conforme despacho do Presidente da Câmara de vinte e cinco de Outubro de dois mil e cinco, compareceram como outorgantes:-----

Primeiro – Gaspar Ferreira da Silva, casado, natural da freguesia de Alpendurada e Matos, concelho de Marco de Canaveses, residente na Quinta de Sarnado, freguesia de Rio de Galinhas, do mesmo concelho, o qual outorga na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e em representação da Sociedade Efimóveis – Imobiliária, S.A., com sede na Zona Industrial, apartado 23, freguesia de Tuíás, do mesmo concelho, Pessoa Colectiva número 504 065 327, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Marco de Canaveses sob o mesmo número, com o capital social de seis milhões de euros.-

Segundo - Engenheiro António Alberto de Castro Fernandes, casado, natural da freguesia de Vila das Aves, concelho de Santo Tirso, residente na Rua de S. Bento da Batalha, nº 55, freguesia e concelho de Santo Tirso, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, o qual outorga em nome e representação do Município de Santo Tirso, Pessoa Colectiva territorial com o número de contribuinte 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, ao

abrigo da competência prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, o que tudo é do meu conhecimento pessoal.-----

Verifiquei também a identidade do primeiro outorgante por conhecimento pessoal e a qualidade em que outorga e a suficiência dos poderes para outorgar este acto por consulta efectuada nesta data à Certidão Permanente da identificada sociedade com o código de acesso 0503-5381-4838, nos termos do artigo 75º, nº 5, do Código do Registo Comercial, e nº 2 do artigo 17º da Portaria 1416-A/2006, de 19 de Dezembro.-----

E pelo primeiro outorgante foi dito:-----

Primeiro - Que, na qualidade em que outorga, vende ao Município de Santo Tirso, pelo preço global de 1.545.410,00 € (um milhão quinhentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e dez euros), que dele já recebeu e de que dá quitação, as fracções autónomas abaixo descritas, do prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal, sito no lugar de Sarnados, freguesia de Areias, deste concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número sete zero seis/ dois zero zero quatro zero três zero dois, na mesma registado a favor da vendedora pela inscrição AP. 12 de 2004/03/02, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo mil trezentos e trinta e seis.-----

FRACÇÕES DESTINADAS A HABITAÇÃO-----

Com entrada pelo número 44, da Rua Américo Ferreira da Fonseca, da dita freguesia de Areias:-----

FRACÇÃO B: Localizada no rés-do-chão esquerdo da entrada um do edifício, Tipo T1, com a área bruta privativa de setenta e três vírgula cinquenta e seis metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e um vírgula cinco do valor total do prédio, com o valor patrimonial de 36.478,50 € (trinta e seis

mil quatrocentos e setenta e oito euros e cinquenta cêntimos) e o valor atribuído de 51.748,00 € (cinquenta e um mil setecentos e quarenta e oito euros).-----

FRACÇÃO D: Localizada no primeiro andar esquerdo da entrada um do edifício, Tipo T1, com a área bruta privativa de setenta e três vírgula cinquenta e seis metros quadrados, a que corresponde a permilagem de trinta e um vírgula cinquenta do valor total do prédio, com o valor patrimonial de 36.478,50 € (trinta e seis mil quatrocentos e setenta e oito euros e cinquenta cêntimos) e o valor atribuído de 51.748,00 € (cinquenta e um mil e setecentos e quarenta e oito euros).-----

FRACÇÃO E: Localizada no primeiro andar direito da entrada um do edifício, Tipo T2, com a área bruta privativa de noventa e cinco vírgula zero um metros quadrados, a que corresponde a permilagem de quarenta vírgula setenta do valor total do prédio, com o valor patrimonial de 47.112,88 € (quarenta e sete mil cento e doze euros e oitenta e oito cêntimos) e o valor atribuído de 68.364,00 € (sessenta e oito mil trezentos e sessenta e quatro euros).-----

FRACÇÃO F: Localizada no segundo andar esquerdo da entrada um do edifício, Tipo T1, com a área bruta privativa de setenta e três vírgula cinquenta e seis metros quadrados, a que corresponde a permilagem de trinta e um vírgula cinquenta do valor total do prédio, com o valor patrimonial de 36.478,50 € (trinta e seis mil quatrocentos e setenta e oito euros e cinquenta cêntimos) e o valor atribuído de 51.748,00 € (cinquenta e um mil e setecentos e quarenta e oito euros).-----

FRACÇÃO G: Localizada no segundo andar direito da entrada um do edifício, Tipo T3, com a área bruta privativa de cento e onze vírgula oitenta e seis metros quadrados, a que corresponde a permilagem de quarenta e sete vírgula noventa

do valor total do prédio, com o valor patrimonial de 55.464,75 € (cinquenta e cinco mil quatrocentos e sessenta e quatro euros e setenta e cinco cêntimos) e o valor atribuído de 82.344,00 € (oitenta e dois mil e trezentos e quarenta e quatro euros).-----

FRACÇÃO H: Localizada no terceiro andar esquerdo da entrada um do edifício, Tipo T1, com a área bruta privativa de setenta e três vírgula cinquenta e seis metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e um vírgula cinquenta do valor total do prédio, com o valor patrimonial de 36.478,50 € (trinta e seis mil quatrocentos e setenta e oito euros e cinquenta cêntimos) e o valor atribuído de 51.748,00 € (cinquenta e um mil e setecentos e quarenta e oito euros).-----

FRACÇÃO I: Localizada no terceiro andar direito da entrada um do edifício, Tipo T3, com a área bruta privativa de cento e onze vírgula oitenta e seis metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e sete vírgula noventa do valor total do prédio, com o valor patrimonial de 55.464,75 € (cinquenta e cinco mil quatrocentos e sessenta e quatro euros e setenta e cinco cêntimos) e o valor atribuído de 82.344,00 € (oitenta e dois mil e trezentos e quarenta e quatro euros).-----

Com entrada pelo número 30 da dita Rua Américo Ferreira da Fonseca.---

FRACÇÃO K: Localizada no rés-do-chão direito da entrada dois do edifício, Tipo T2, com a área bruta privativa de noventa e cinco vírgula zero um metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta vírgula setenta do valor total do prédio, com o valor patrimonial de 47.112,88 € (quarenta e sete mil cento e doze euros e oitenta e oito cêntimos) e o valor atribuído de 68.364,00 € (sessenta e oito mil trezentos e sessenta e quatro euros).-----

FRACCÃO L: Localizada no primeiro andar esquerdo da entrada dois do edifício, Tipo T2, com a área bruta privativa de noventa e cinco vírgula zero um metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta vírgula setenta do valor total do prédio, com o valor patrimonial de 47.112,88 € (quarenta e sete mil cento e doze euros e oitenta e oito centavos) e o valor atribuído de 68.364,00 € (sessenta e oito mil trezentos e sessenta e quatro euros).-----

FRACCÃO M: Localizada no primeiro andar direito da entrada dois do edifício, Tipo T2, com a área bruta privativa de noventa e cinco vírgula zero um metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta vírgula setenta do valor total do prédio, com o valor patrimonial de 47.112,88 € (quarenta e sete mil cento e doze euros e oitenta e oito centavos) e o valor atribuído de 68.364,00 € (sessenta e oito mil trezentos e sessenta e quatro euros).-----

FRACCÃO N: Localizada no segundo andar esquerdo da entrada dois do edifício, Tipo T2, com a área bruta privativa de noventa e cinco vírgula zero um metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta vírgula setenta do valor total do prédio, com o valor patrimonial de 47.112,88 € (quarenta e sete mil cento e doze euros e oitenta e oito centavos) e o valor atribuído de 68.364,00 € (sessenta e oito mil trezentos e sessenta e quatro euros).-----

FRACCÃO O: Localizada no segundo andar direito da entrada dois do edifício, Tipo T3, com a área bruta privativa de cento e onze vírgula oitenta e seis metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e sete vírgula noventa do valor total do prédio, com o valor patrimonial de 55.464,75 € (cinquenta e cinco mil quatrocentos e sessenta e quatro euros e setenta e cinco centavos) e o valor atribuído de 82.344,00 € (oitenta e dois mil e trezentos e quarenta e quatro euros).-----

FRACÇÃO P: Localizada no terceiro andar esquerdo da entrada dois do edifício, Tipo T2, com a área bruta privativa de noventa e cinco vírgula zero um metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta vírgula setenta do valor total do prédio, com o valor patrimonial de 47.112,88 € (quarenta e sete mil cento e doze euros e oitenta e oito centavos) e o valor atribuído de 68.364,00 € (sessenta e oito mil trezentos e sessenta e quatro euros).-----

FRACÇÃO Q: Localizada no terceiro andar direito da entrada dois do edifício, Tipo T3, com a área bruta privativa de cento e onze vírgula oitenta e seis metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e sete vírgula noventa do valor total do prédio, com o valor patrimonial de 55.464,75 € (cinquenta e cinco mil quatrocentos e sessenta e quatro euros e setenta e cinco centavos) e o valor atribuído de 82.344,00 € (oitenta e dois mil e trezentos e quarenta e quatro euros).-----

Com entrada pelo número 16 da mesma Rua de Américo Ferreira da Fonseca.-----

FRACÇÃO R: Localizada no rés-do-chão esquerdo da entrada três do edifício, Tipo T2, com a área bruta privativa de noventa e cinco vírgula zero um metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta vírgula setenta do valor total do prédio, com o valor patrimonial de 47.112,88 € (quarenta e sete mil cento e doze euros e oitenta e oito centavos) e o valor atribuído de 68.364,00 € (sessenta e oito mil trezentos e sessenta e quatro euros).-----

FRACÇÃO S: Localizada no rés-do-chão direito da entrada três do edifício, Tipo T2, com a área bruta privativa de noventa e cinco vírgula zero um metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta vírgula setenta do valor total do prédio, com o valor patrimonial de 47.112,88 € (quarenta e sete

mil cento e doze euros e oitenta e oito centimos) e o valor atribuído de 68.364,00 € (sessenta e oito mil trezentos e sessenta e quatro euros).-----

FRACÇÃO T: Localizada no primeiro andar esquerdo da entrada três do edifício, Tipo T2, com a área bruta privativa de noventa e cinco vírgula zero um metros quadrados, a que corresponde a pernilagem de quarenta vírgula setenta do valor total do prédio, com o valor patrimonial de 47.112,88 € (quarenta e sete mil cento e doze euros e oitenta e oito centimos) e o valor atribuído de 68.364,00 € (sessenta e oito mil trezentos e sessenta e quatro euros).-----

FRACÇÃO U: Localizada no primeiro andar direito da entrada três do edifício, Tipo T2, com a área bruta privativa de noventa e cinco vírgula zero um metros quadrados, a que corresponde a pernilagem de quarenta vírgula setenta do valor total do prédio, com o valor patrimonial de 47.112,88 € (quarenta e sete mil cento e doze euros e oitenta e oito centimos) e o valor atribuído de 68.364,00 € (sessenta e oito mil trezentos e sessenta e quatro euros).-----

FRACÇÃO V: Localizada no segundo andar esquerdo da entrada três do edifício, Tipo T2, com a área bruta privativa de noventa e cinco vírgula zero um metros quadrados, a que corresponde a pernilagem de quarenta vírgula setenta do valor total do prédio, com o valor patrimonial de 47.112,88 € (quarenta e sete mil cento e doze euros e oitenta e oito centimos) e o valor atribuído de 68.364,00 € (sessenta e oito mil trezentos e sessenta e quatro euros).-----

FRACÇÃO W: Localizada no segundo andar direito da entrada três do edifício Tipo T3, com a área bruta privativa de cento e onze vírgula oitenta e seis metros quadrados, a que corresponde a pernilagem de quarenta e sete vírgula noventa do valor total do prédio, com o valor patrimonial de 55.464,75 € (cinquenta e cinco mil quatrocentos e setenta e quatro euros e setenta e cinco centimos) e o

valor atribuído de 82.344,00 € (oitenta e dois mil e trezentos e quarenta e quatro euros).-----

FRACÇÃO X: Localizada no terceiro andar esquerdo da entrada três do edifício, Tipo T2, com a área bruta privativa de noventa e cinco vírgula zero um metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta vírgula setenta do valor total do prédio, com o valor patrimonial de 47.112,88 € (quarenta e sete mil cento e doze euros e oitenta e oito centavos) e o valor atribuído de 68.364,00 € (sessenta e oito mil trezentos e sessenta e quatro euros).-----

FRACÇÃO Y: Localizada no terceiro andar direito da entrada três do edifício Tipo T3, com a área bruta privativa de cento e onze vírgula oitenta e seis metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e sete vírgula noventa do valor total do prédio, com o valor patrimonial de 55.464,75 € (cinquenta e cinco mil quatrocentos e sessenta e quatro euros e setenta e cinco centavos) e o valor atribuído de 82.344,00 € (oitenta e dois mil e trezentos e quarenta e quatro euros).-----

FRACÇÃO DESTINADA A EQUIPAMENTO:-----

FRACÇÃO A: Localizada no rés-do-chão do edifício, com acesso pelo nº 50 da dita Rua Américo Ferreira da Fonseca, constituída por uma divisão e quarto de banho, com a área bruta privativa de trinta e oito vírgula zero seis metros quadrados, a que corresponde a permissão de dezasseis vírgula oitenta do valor total do prédio, com o valor patrimonial de 24.277,50 € (vinte e quatro mil duzentos e setenta e sete euros e cinquenta centavos) e o valor atribuído de 23.986,00 € (vinte e três mil novecentos e oitenta e seis centavos).-----

Segundo – As vinte e duas fracções autónomas destinadas a habitação serão atribuídas pelo município de Santo Tirso a agregados familiares em situação de



grave carência habitacional, para sua residência permanente, em regime de renda apoiada ou em regime de propriedade resolúvel.-----

Terceiro – A fracção A com a finalidade de equipamento social, destina-se a utilização colectiva dos moradores no prédio urbano em que se integra, para o desenvolvimento de actividades sócio-educativas.-----

Quarto – As fracções adquiridas ficam sujeitas a um regime especial de alienação, pelo prazo de vinte anos, estando as transmissões efectuadas dentro desse prazo sujeitas ao disposto nos artigos 28º, 29º e 30º do Decreto-Lei 135/2004, de 03 de Junho.-----

Quinto – O regime especial de alienação previsto na cláusula anterior está sujeito a registo, de harmonia com o previsto no nº 1 do artigo 31º do diploma legal referido na cláusula anterior.-----

Sexto – O município de Santo Tirso, durante os primeiros quinze anos de vigência do regime especial de alienação, fica ainda obrigado a não vender aos arrendatários, nos termos do artigo 28º e seguintes do referido diploma legal, habitações comparticipadas pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana-I.P. cujo valor exceda cinco por cento dos montantes comparticipados ao abrigo do Acordo de Colaboração celebrado com aquele Instituto em Agosto de dois mil e nove, aprovado pela Câmara Municipal de Santo Tirso em -----

Sétimo - Que o prédio identificado em primeiro está onerado com uma hipoteca voluntária a favor do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana- I.P., entidade que sucedeu em todos os direitos e obrigações do Instituto Nacional de Habitação, nos termos do artigo 21º do Decreto-Lei 223/2007, de 30 de Maio, mas o seu cancelamento encontra-se assegurado, conforme declaração de

cancelamento assinada em _____.

Pelo segundo outorgante foi dito que aceita para o Município que representa o presente contrato nos seus precisos termos e que a presente aquisição foi autorizada pela Assembleia Municipal de Santo Tirso por deliberação de _____ de _____ de dois mil e nove e está prevista no Plano de Actividades da Câmara Municipal para o ano em curso (objectivo - 2.4.1.; projecto 79/2002) e a minuta desta escritura foi aprovada pela Câmara Municipal por deliberação de _____.

A despesa com a aquisição das fracções objecto do presente contrato será satisfeita pela seguinte dotação orçamental em vigor na qual tem cabimento: classificação económica - capítulo 07; grupo 01; artigo 02; número 02, conforme proposta de cabimento nº _____.

Arquivo:-----

a) Declaração de isenção de pagamento do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis emitida em _____ pelos Serviços de Finanças de Santo Tirso;-----

b) Declaração de isenção do imposto de selo da verba 1.1 da TGIS, emitida em _____ pelos mesmos Serviços de Finanças de Santo Tirso.-----

Foram-me exibidos os seguintes documentos:-----

a) Certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial de Valongo, em 06 de Agosto último, pela qual verifiquei a aludida descrição predial. Verifiquei pela mesma certidão que a constituição de propriedade horizontal está registada pela inscrição AP.3 de 2005/07/22.-----

b) Caderneta predial urbana das fracções adquiridas, obtidas via Internet em 06 de Agosto último, pelas quais verifiquei os aludidos dados da matriz e os

respectivos valores patrimoniais.-----

c) Alvará de licença de utilização número 559/2005 emitido pela Câmara Municipal de Santo Tirso em vinte e sete de Dezembro, pela qual verifiquei que a fracção A se destina a equipamento e que as restantes fracções adquiridas se destinam a habitação.-----

d) Certidões emitidas pela Câmara Municipal de Santo Tirso em dois de Janeiro de dois mil e seis, comprovativas de terem sido entregues na Câmara Municipal as fichas técnicas da habitação.-----

e) As aludidas deliberações de _____, da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, respectivamente.-----

Esta escritura (minuta) foi lida em voz alta e explicado o respectivo conteúdo na presença simultânea dos outorgantes.-----

Santo Tirso e Paços do Concelho, ____ de _____ de 2009

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,



5. AQUISIÇÃO DE 45 FRACÇÕES AUTÓNOMAS NA FREGUESIA DE VILA DAS AVES, DESTINADAS A REALOJAMENTO DE AGREGADOS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DA GRAVE CARÊNCIA HABITACIONAL.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

No âmbito das atribuições do município no domínio da habitação, foi apresentada uma candidatura junto do Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., nos termos do artigo 4º do Decreto-Lei 135/2004, de 03 de Junho, com vista à resolução de situações de grave carência habitacional de agregados familiares residentes no concelho de Santo Tirso, candidatura essa aprovada por Sua Excelência o Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, na sequência do que foi celebrado o Acordo de Colaboração hoje aprovado nesta reunião de câmara (item 3 da respectiva acta);-----

Em cumprimento do disposto na cláusula primeira daquele Acordo foi efectuado o levantamento dos agregados familiares a realojar, sendo que do total desses agregados familiares quarenta e quatro serão realojados na freguesia de Vila das Aves em habitações a adquirir pelo município de harmonia com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 12º do referido diploma legal e o número um da cláusula segunda do referido Acordo de Colaboração;-----

Considerando que desses quarenta e quatro agregados familiares, quarenta e três residem na freguesia de Vila das Aves;-----

Considerando a dimensão e composição desses quarenta e quatro agregados familiares;---

Considerando que se deve evitar o desenraizamento da população, procedendo-se ao seu realojamento na freguesia onde residem ou em freguesia próxima;-----

Considerando que na freguesia de Vila das Aves existe um empreendimento habitacional a custos controlados, já edificado e devidamente licenciado, que corresponde aos prédios urbanos sitos no lugar de Monte, freguesia de Vila das Aves, descritos na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob os números 476/19880504 (quatro sete seis / um nove oito oito zero cinco zero



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

7

quatro) e 2691/20070903 (dois seis nove um / dois zero zero sete zero nove zero três), omissos na matriz predial urbana, mas tendo sido apresentadas as respectivas declarações para inscrição, aos quais foram atribuídos os artigos provisórios 3532-P e 3533-P, respectivamente;-----

Considerando que o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP, aprovou os valores máximos de venda dos fogos situados naquele prédio urbano, conforme ofício enviado à respectiva proprietária em trinta e um de Março último, com a referência 169936;-----

Considerando que a lei prevê também a possibilidade de serem adquiridos espaços destinados a equipamento social, quando a respectiva aquisição se justifique por razões sociais;-----

Considerando que no Plano Plurianual de Investimentos para o ano em curso, aprovado pela assembleia municipal em sessão ordinária de dez de Dezembro último, está prevista a aquisição de habitações para realojamento de agregados familiares em situação de grave carência habitacional (objectivo – 2.4.1; acção – 01/2002/79);-----

Considerando que o preço total das fracções autónomas a adquirir na freguesia de Vila das Aves, 3.035.024,00 € (três milhões e trinta e cinco mil e vinte e quatro euros), sendo quarenta e quatro destinadas a habitação e uma destinada a equipamento social para utilização colectiva dos moradores dos prédios em que se integram aqueles quarenta e quatro fogos, para o desenvolvimento de actividades sócio-educativas, será satisfeito pela rubrica orçamental 07010202, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme Proposta de Cabimento número 3996/2009, de 21 do corrente mês de Setembro;-----

Considerando que o preço global resulta dos valores unitários aprovados pelo IHRU para as fracções destinadas a habitação, em função de critérios de custo de construção, encargos relativos aos terrenos, projecto, infra-estruturas e demais custos financeiros, administrativos e fiscais, e que o preço unitário da fracção destinada a equipamento social, 70.635,00 € (setenta mil seiscentos e trinta e cinco euros), representa um custo de aquisição de cerca de 426,75 €/m², inferior ao previsto na Portaria 683/2008, de 28 de Julho, sendo por isso aceitável;-----



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Proponho que a câmara municipal, de harmonia com o previsto na alínea a) do n.º 6 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, delibere solicitar à assembleia municipal autorização para o município de Santo Tirso adquirir à sociedade Efimóveis – Imobiliária S.A. as fracções autónomas descritas na minuta de Contrato de compra e venda anexo à presente proposta, e que dela fica a fazer parte integrante constituindo as subsequentes catorze folhas, pelo preço global de 3.035.024,00 € (três milhões e trinta e cinco mil e vinte e quatro euros), a pagar na totalidade na data da celebração do respectivo contrato e aprovar desde já a referida minuta.-----

As propostas foram aprovadas com oito votos a favor.-----

MINUTA DE

Contrato de Compra e Venda de
quarenta e cinco fracções
autónomas na freguesia de Vila das
Aves

Aos _____ dias do mês de _____ do ano dois mil e nove, nesta cidade de Santo Tirso e sede da Câmara Municipal, perante mim Maria Adriana Salgado Magalhães, Directora do Departamento Administrativo, servindo de Oficial Público para lavrar o presente contrato, conforme despacho do Presidente da Câmara de vinte e cinco de Outubro de dois mil e cinco, compareceram como outorgantes:-----

Primeiro – Gaspar Ferreira da Silva, casado, natural da freguesia de Alpendurada e Matos, concelho de Marco de Canaveses, residente na Quinta de Sarnado, freguesia de Rio de Galinhas, do mesmo concelho, o qual outorga na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e em representação da sociedade Efimóveis – Imobiliária, S.A., com sede na Zona Industrial, apartado 23, freguesia de Tuíás, do mesmo concelho, Pessoa Colectiva número 504 065 327, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Marco de Canaveses sob o mesmo número, com o capital social de seis milhões de euros.-

Segundo - Engenheiro António Alberto de Castro Fernandes, casado, natural da freguesia de Vila das Aves, concelho de Santo Tirso, residente na Rua de S. Bento da Batalha, nº 55, freguesia e concelho de Santo Tirso, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, o qual outorga em nome e representação do Município de Santo Tirso, Pessoa Colectiva territorial com o número de contribuinte 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, ao

abrigo da competência prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, o que tudo é do meu conhecimento pessoal.-----

Verifiquei também a identidade do primeiro outorgante por conhecimento pessoal e a qualidade em que outorga e a suficiência dos poderes para outorgar este acto por consulta efectuada nesta data à Certidão Permanente da identificada sociedade, com o código de acesso 0503-5381-4838, nos termos do artigo 75º, nº 5, do Código do Registo Comercial, e nº 2 do artigo 17º da Portaria 1416-A/2006, de 19 de Dezembro.-----

E pelo primeiro outorgante foi dito:-----

Primeiro - Que, na qualidade em que outorga, vende ao Município de Santo Tirso, pelo preço global de 3.035.024,00 € (três milhões e trinta e cinco mil e vinte e quatro euros), que dele já recebeu e de que dá quitação, as fracções autónomas abaixo descritas, dos prédios urbanos constituídos em regime de propriedade horizontal, sitos no lugar do Monte, freguesia de Vila das Aves, deste concelho, descritos na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob os números quatro sete seis/ um nove oito oito zero cinco zero quatro e dois seis nove um/ dois zero zero sete zero nove zero três, na mesma registados a favor da vendedora pela inscrição AP. 6 de 2007/05/16, omissos na matriz predial urbana, mas tendo sido apresentadas declarações para inscrição em dois de Abril último, aos quais foram atribuídos os artigos provisórios P-3532 (três mil quinhentos e trinta e dois) e P-3533 (três mil quinhentos e trinta e três), respectivamente.-----

**FRACÇÕES DESTINADAS A HABITAÇÃO DO PRÉDIO DESCRITO
SOB O NÚMERO 476/19880504.**-----

Com entrada pelo número 680, da Rua Bernardino Gomes Ferreira, da

dita freguesia de Vila das Aves:-----

FRACÇÃO B: Localizada na cave esquerda, com acesso ao nível do rés-do-chão, Tipo T3, com a área bruta privativa de cento e sete vírgula trinta e três metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e nove vírgula sessenta e oito do valor total do prédio, com o valor atribuído de 82.738,00 € (oitenta e dois mil setecentos e trinta e oito euros).-----

FRACÇÃO C: Localizada na cave direita, com acesso ao nível do rés-do-chão, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e cinco vírgula zero um metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e nove vírgula trinta e cinco do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

FRACÇÃO D: Localizada no rés-do-chão esquerdo frente, Tipo T1, com a área bruta privativa de setenta e três vírgula quarenta e quatro metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e três vírgula noventa e nove do valor total do prédio, com o valor atribuído de 54.459,00 € (cinquenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e nove euros).-----

FRACÇÃO E: Localizada no rés-do-chão esquerdo traseiras, Tipo T3, com a área bruta privativa de cento e cinco vírgula noventa e um metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e nove vírgula zero dois do valor total do prédio, com o valor atribuído de 82.738,00 € (oitenta e dois mil e setecentos e trinta e oito euros).-----

FRACÇÃO F: Localizada no rés-do-chão direito traseiras, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e três vírgula sessenta e dois metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e oito vírgula setenta do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e

um euros).-----

FRACÇÃO G: Localizada no rés-do-chão direito frente, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e três vírgula sessenta e dois metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e oito vírgula setenta do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

FRACÇÃO H: Localizada no primeiro andar esquerdo frente, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e cinco vírgula zero um metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e nove vírgula trinta e cinco do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

FRACÇÃO I: Localizada no primeiro andar esquerdo traseiras, Tipo T3, com a área bruta privativa de cento e cinco vírgula noventa e um metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e nove vírgula zero dois do valor total do prédio, com o valor atribuído de 82.738,00 € (oitenta e dois mil e setecentos e trinta e oito euros).-----

FRACÇÃO J: Localizada no primeiro andar direito traseiras, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e três vírgula sessenta e dois metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e oito vírgula setenta do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

FRACÇÃO K: Localizada no primeiro andar direito frente, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e três vírgula sessenta e dois metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e oito vírgula setenta do valor total do prédio com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e

um euros.-----

FRACÇÃO L: Localizada no segundo andar esquerdo, Tipo T3, com a área bruta privativa de cento e quatro vírgula sessenta e sete metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e oito vírgula quarenta e cinco do valor total do prédio, com o valor atribuído de 79.556,00 € (setenta e nove mil quinhentos e cinquenta e seis euros).-----

FRACÇÃO M: Localizada no segundo andar direito, Tipo T3, com a área bruta privativa de cento e dois vírgula setenta e sete metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e sete vírgula cinquenta e sete do valor total do prédio, com o valor atribuído de 79.556,00 € (setenta e nove mil quinhentos e cinquenta e seis euros).-----

Com a entrada pelo número 650 da dita Rua Bernardino Gomes Ferreira.-

FRACÇÃO N: Localizada na cave esquerda com acesso ao nível do rés-do-chão, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e quatro vírgula noventa e quatro metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e nove vírgula trinta e um do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

FRACÇÃO O: Localizada na cave direita, com acesso ao nível do rés-do-chão, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e seis vírgula quarenta e quatro metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta vírgula zero dois do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

FRACÇÃO P: Localizada no rés-do-chão esquerdo frente, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e três vírgula cinquenta e cinco metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e oito vírgula sessenta e sete do valor

total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

FRACÇÃO Q: Localizada no rés-do-chão esquerdo traseiras, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e três vírgula cinquenta e cinco metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e oito vírgula sessenta e sete do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

FRACÇÃO R: Localizada no rés-do-chão direito traseiras, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e cinco vírgula zero dois metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e nove vírgula trinta e cinco do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

FRACÇÃO S: Localizada no rés-do-chão direito frente, Tipo T1, com a área bruta privativa de setenta e três vírgula quarenta e quatro metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e três vírgula noventa e nove do valor total do prédio, com o valor atribuído de 54.459,00 € (cinquenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e nove euros).-----

FRACÇÃO T: Localizada no primeiro andar esquerdo frente, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e três vírgula cinquenta e cinco metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e oito vírgula sessenta e sete do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

FRACÇÃO U: Localizada no primeiro andar esquerdo traseiras, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e três vírgula cinquenta e cinco metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e oito vírgula sessenta e

sete do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

FRACÇÃO V: Localizada no primeiro andar direito traseiras, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e cinco vírgula zero dois metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e nove vírgula trinta e cinco do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

FRACÇÃO W: Localizada no primeiro andar direito frente, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e cinco vírgula zero dois metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e nove vírgula trinta e cinco do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

FRACÇÃO X: Localizada no segundo andar, Tipo T3, com a área bruta privativa de cento e nove vírgula oitenta e quatro metros quadrados, a que corresponde a permissão de cinquenta vírgula oitenta e quatro do valor total do prédio, com o valor atribuído de 82.738,00 € (oitenta e dois mil setecentos e trinta e oito euros).-----

**FRACÇÕES DESTINADAS A HABITAÇÃO DO PRÉDIO DESCRITO
SOB O NÚMERO 2691/20070903.**-----

Com entrada pelo número 297 da Rua da Barca da freguesia de Vila das Aves.-----

FRACÇÃO A: Localizada no rés-do-chão esquerdo, Tipo T3, com a área bruta privativa de cento e dois vírgula quarenta e nove metros quadrados, a que corresponde a permissão de cinquenta e seis vírgula noventa e cinco do valor total do prédio, com o valor atribuído de 79.556,00 € (setenta e nove mil

quinhentos e cinquenta e seis euros).-----

FRACÇÃO B: Localizada no rés-do-chão direito traseiras, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e quatro vírgula quarenta e oito metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e seis vírgula noventa e quatro do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

FRACÇÃO C: Localizada no rés-do-chão direito frente, Tipo T1, com a área bruta privativa de setenta e dois metros quadrados, correspondente a quarenta por mil do valor total do prédio, com o valor atribuído de 54.459,00 € (cinquenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e nove euros).-----

FRACÇÃO D: Localizada no primeiro andar esquerdo, Tipo T3, com a área bruta privativa de cento e dois vírgula quarenta e nove metros quadrados, a que corresponde a permissão de cinquenta e seis vírgula noventa e cinco do valor total do prédio, com o valor atribuído de 79.556,00 € (setenta e nove mil e quinhentos e cinquenta e seis euros).-----

FRACÇÃO E: Localizada no primeiro andar direito traseiras, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e quatro vírgula quarenta e oito metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e seis vírgula noventa e quatro do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

FRACÇÃO F: Localizada no primeiro andar direito frente, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e três vírgula cinquenta e sete metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e seis vírgula quarenta e três do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

FRACÇÃO G: Localizada no segundo andar esquerdo, Tipo T3, com a área bruta privativa de cento e dois vírgula quarenta e nove metros quadrados, a que corresponde a permissão de cinquenta e seis vírgula noventa e cinco do valor total do prédio, com o valor atribuído de 79.556,00 € (setenta e nove mil e quinhentos e cinquenta e seis euros).-----

FRACÇÃO H: Localizada no segundo andar direito traseiras, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e quatro vírgula quarenta e oito metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e seis vírgula noventa e quatro do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

FRACÇÃO I: Localizada no segundo andar direito frente, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e três vírgula cinquenta e sete metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e seis vírgula quarenta e três do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

Com entrada pelo número 321 da mesma rua da Barca.-----

FRACÇÃO J: Localizada no rés-do-chão esquerdo frente, Tipo T1, com a área bruta privativa de setenta e dois metros quadrados, correspondente a quarenta por mil do valor total do prédio, com o valor atribuído de 54.459,00 € (cinquenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e nove euros).-----

FRACÇÃO K: Localizada no rés-do-chão esquerdo traseiras, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e três vírgula cinquenta e sete metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e seis vírgula quarenta e três do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

FRACÇÃO L: Localizada no rés-do-chão direito traseiras, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e cinco metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e sete vírgula vinte e dois do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).----

FRACÇÃO M: Localizada no rés-do-chão direito frente, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e cinco metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e sete vírgula vinte e dois do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).----

FRACÇÃO N: Localizada no primeiro andar esquerdo frente, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e três vírgula cinquenta e sete metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e seis vírgula quarenta e três do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

FRACÇÃO O: Localizada no primeiro andar esquerdo traseiras, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e três vírgula cinquenta e sete metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e seis vírgula quarenta e três do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

FRACÇÃO P: Localizada no primeiro andar direito traseiras, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e cinco metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e sete vírgula vinte e dois do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).----

FRACÇÃO Q: Localizada no primeiro andar direito frente, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e cinco metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e sete vírgula vinte e dois do valor total do prédio, com

o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).----

FRACÇÃO R: Localizada no segundo andar esquerdo frente, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e três vírgula cinquenta e sete metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e seis vírgula quarenta e três do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

FRACÇÃO S: Localizada no segundo andar esquerdo traseiras, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e três vírgula cinquenta e sete metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e seis vírgula quarenta e três do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

FRACÇÃO T: Localizada no segundo andar direito traseiras, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e cinco metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e sete vírgula vinte e dois do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).----

FRACÇÃO U: Localizada no segundo andar direito frente, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e cinco metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e sete vírgula vinte e dois do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).----

FRACÇÃO DESTINADA A EQUIPAMENTO:-----

FRACÇÃO A do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 476/19880504: Localizada na sub-cave do edifício, com acesso pela dita Rua Bernardino Gomes Ferreira, constituída por uma divisão e quarto de banho, com a área bruta privativa de cento e doze vírgula zero oito metros quadrados, a que corresponde a permissão de cinquenta e um vírgula oitenta e

oito do valor total do prédio, com o valor atribuído de 70.635,00 € (setenta mil seiscentos e trinta e cinco euros).-----

Segundo – As quarenta e quatro fracções autónomas destinadas a habitação serão atribuídas pelo município de Santo Tirso a agregados familiares em situação de grave carência habitacional, para sua residência permanente, em regime de renda apoiada ou em regime de propriedade resolúvel.-----

Terceiro – A fracção A do prédio descrito na Conservatória sob o número quatrocentos e setenta e seis, com a finalidade de equipamento social, destina-se a utilização colectiva dos moradores nos prédios urbanos em que se integram as fracções adquiridas, para o desenvolvimento de actividades sócio-educativas.-----

Quarto – As fracções adquiridas ficam sujeitas a um regime especial de alienação, pelo prazo de vinte anos, estando as transmissões efectuadas dentro desse prazo sujeitas ao disposto nos artigos 28º, 29º e 30º do Decreto-Lei 135/2004, de 03 de Junho.-----

Quinto – O regime especial de alienação previsto na cláusula anterior está sujeito a registo, de harmonia com o previsto no nº 1 do artigo 31º do diploma legal referido na cláusula anterior.-----

Sexto – O município de Santo Tirso, durante os primeiros quinze anos de vigência do regime especial de alienação, fica ainda obrigado a não vender aos arrendatários, nos termos do artigo 28º e seguintes do referido diploma legal, habitações comparticipadas pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana-I.P. cujo valor exceda cinco por cento dos montantes comparticipados ao abrigo do Acordo de Colaboração celebrado com aquele Instituto em Agosto de dois mil e nove, aprovado pela Câmara Municipal de Santo Tirso em

Sétimo - Que os prédios urbanos onde se integram as fracções adquiridas estão onerados com uma hipoteca voluntária a favor do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana-I.P., mas o seu cancelamento encontra-se assegurado, conforme declaração de cancelamento assinada em -----.

Pelo segundo outorgante foi dito que aceita para o Município que representa o presente contrato nos seus precisos termos e que a presente aquisição foi autorizada pela Assembleia Municipal de Santo Tirso por deliberação de ----- de ----- de dois mil e nove e está prevista no Plano de Actividades da Câmara Municipal para o ano em curso (objectivo - 2.4.1.; projecto 79/2002) e a minuta desta escritura foi aprovada pela Câmara Municipal por deliberação de -----.

A despesa com a aquisição das fracções objecto do presente contrato será satisfeita pela seguinte dotação orçamental em vigor na qual tem cabimento: classificação económica - capítulo 07; grupo 01; artigo 02; número 02, conforme proposta de cabimento nº -----.

Arquivo:-----

a) Declaração de isenção de pagamento do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis emitida em ----- pelos Serviços de Finanças de Santo Tirso;-----

b) Declaração de isenção do imposto de selo da verba 1.1 da TGIS, emitida em ----- pelos mesmos Serviços de Finanças de Santo Tirso.-----

Foram-me exibidos os seguintes documentos:-----

a) Certidões emitida pela Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso, em 20 de Abril último, pelas quais verifiquei as aludidas descrições prediais.

Verifiquei pelas mesmas certidões que a constituição de propriedade horizontal dos referidos prédios está registada pelas inscrições AP.4524 e AP.4639 de 2009/04/03.-----

b) Duplicados das Declarações para inscrição de prédios na matriz urbana, apresentadas no Serviço de Finanças de Santo Tirso em 02 de Abril de 2009, às quais foram atribuídos os números de registo 2137612 e 2137745.-----

c) Alvará de licença de utilização número 232/09 emitido pela Câmara Municipal de Santo Tirso em um de Julho, pela qual verifiquei que a fracção A do prédio descrito na Conservatória sob o número quatrocentos e setenta e seis se destina a equipamento e que as restantes fracções do mesmo prédio se destinam a habitação.-----

d) Alvará de licença de utilização número 231/09 emitido na mesma data pela Câmara Municipal de Santo Tirso, pela qual verifiquei que as restantes fracções adquiridas se destinam a habitação.-----

e) As aludidas deliberações de _____, da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, respectivamente.-----

Esta escritura (minuta) foi lida em voz alta e explicado o respectivo conteúdo na presença simultânea dos outorgantes.-----

Santo Tirso e Paços do Concelho, ____ de _____ de 2009

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

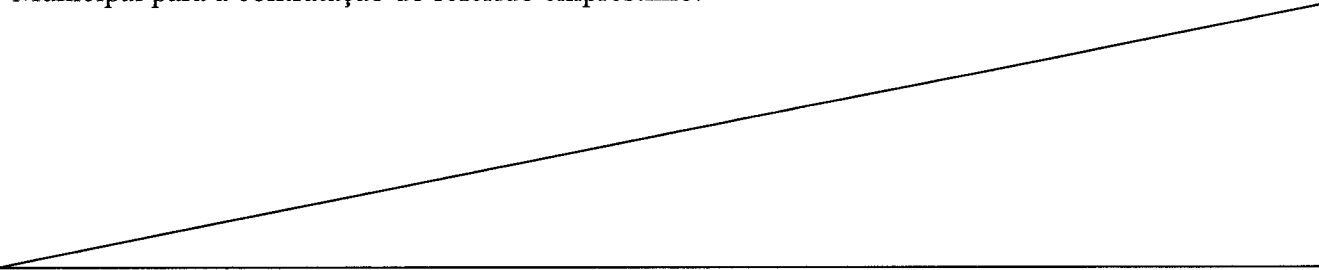


6. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO (25 ANOS), ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 829.076,00 €, PARA FINANCIAMENTO COMPLEMENTAR DA AQUISIÇÃO DE VINTE E TRÊS FRACÇÕES AUTÓNOMAS NA FREGUESIA DE AREIAS, DESTINADAS A REALOJAMENTO DE AGREGADOS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE GRAVE CARÊNCIA HABITACIONAL: PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO À CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE SANTO TIRSO, CRL E PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

Presente o processo de consultas efectuadas com vista à contratação do empréstimo supra mencionado, destinado a financiamento complementar do projecto acima referido, aberto na sequência do Acordo de Colaboração celebrado com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. no âmbito do PROHABITA, do qual consta informação da Divisão de Gestão Financeira, de vinte e um do corrente mês de Setembro, registada com o número treze mil quatrocentos e noventa e quatro, no sentido de que a proposta mais vantajosa é a da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Santo Tirso, CRL.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse solicitar autorização à Assembleia Municipal para a contratação do referido empréstimo com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Santo Tirso, CRL, nas condições propostas por aquela instituição financeira, através do seu ofício número 743/2009, registado na câmara com o número treze mil quatrocentos e noventa e nove, do qual se junta cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as subsequentes duas folhas.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, solicitar autorização à Assembleia Municipal para a contratação do referido empréstimo.-----





Crédito Agrícola
SANTO TIRSO

Exmo. Senhor
PRESIDENTE DA

CAMARA MUNICIPAL de **SANTO TIRSO**
Praça 25 de Abril
4780 - 373 Santo Tirso

C. M. Stº Tirso

Data: 2009/09/22

13499

Refª 743 / 2009

Santo Tirso, 18-Set-09

Assunto: Proposta de Empréstimo (V/Refª DGF - D/2) - **EMPRÉSTIMO 1**

Exmo (s) Senhor(es),


Na sequência das vossas propostas sobre o assunto em epigrafe, somos pela presente a levar ao conhecimento de V.Exas, **as condições gerais em que a mesmas foram aprovadas:**

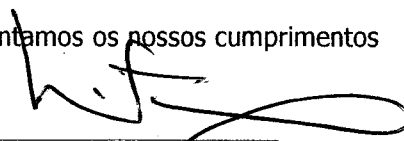
MODALIDADE:	Financiamento Médio Longo Prazo - Proposta de empréstimo 1
MONTANTE	€ 829.076,00
PRAZO TOTAL:	25 anos, isto é 300 meses
UTILIZAÇÃO CAPITAL:	De uma única utilização
TAXA DE JURO:	Euribor 6 meses Taxa Média + 1.50% arredondada à milésima
COMISSÃO ABERTURA:	€ 125,00 por empréstimo
COMISSÃO LIQUIDAÇÃO:	Comissão de liquidação total / parcial = isento
COMISSÃO PAGAMENTO	
DAS PRESTAÇÕES:	Isento
PAGAMENTO JUROS:	Semestral
PAGAMENTO CAPITAL:	Semestral
FINALIDADE:	PROHABITA - aquisição de habitações
GARANTIAS:	{ - Contrato de mutuo subscrito pela Camara Municipal de Santo Tirso e com assinaturas reconhecidas na qualidade e com poderes para o acto - Receitas do Municipio (como prevê a Lei Finanças Locais 02/2007 de 15/01)
OUTRAS CONDIÇÕES:	
	- Utilização até 30 dias após o visto do Tribunal de Contas - Autorização por parte da Assembleia Municipal - Contratação de acordo com a Legislação em Vigor isto é Lei nº 2/2007 de 15/01 (Lei das Finanças Locais)

- Esta aprovação é válida por um prazo máximo de 30 dias, sendo que a formalização da mesma terá de ser efectuada num prazo máximo de 90 dias a contar da presente data.

- A presente aprovação deixará de produzir efeito desde logo se sobrevier qualquer tipo de facto que ponha em causa a análise de risco efectuada e/ou a formalização da operação ou se as informações prestadas pelo proponente contiverem falsidades, omissões ou desconformidades.

- Aguardamos as V/ prezadas instruções e apresentamos os nossos cumprimentos


(Ferreira da Silva)


(Rui Faria, Dr.)

SERVIÇO de DÍVIDA

Dados do Financiamento

Montante	€ 829.076,00	PRESTAÇÃO CONSTANTE € 22.692,42
Taxa de Juro	2,615%	
Periodicidade	Semestral ▼	
Prazo	50 períodos	
Mês Inicial	Número 1 ▼	
Imposto	0%	

QUADRO DE AMORTIZAÇÃO

Pdo.	Capital Dívida Início do Pdo.	Juros 2,615%	Imposto de selo 0%	Reembolso de Capital	Pagamento
1	€ 829.076,00	€ 10.840,17	€ 0,00	€ 11.852,25	€ 22.692,42
2	€ 817.223,75	€ 10.685,20	€ 0,00	€ 12.007,22	€ 22.692,42
3	€ 805.216,52	€ 10.528,21	€ 0,00	€ 12.164,22	€ 22.692,42
4	€ 793.052,31	€ 10.369,16	€ 0,00	€ 12.323,26	€ 22.692,42
5	€ 780.729,04	€ 10.208,03	€ 0,00	€ 12.484,39	€ 22.692,42
6	€ 768.244,65	€ 10.044,80	€ 0,00	€ 12.647,62	€ 22.692,42
7	€ 755.597,03	€ 9.879,43	€ 0,00	€ 12.812,99	€ 22.692,42
8	€ 742.784,04	€ 9.711,90	€ 0,00	€ 12.980,52	€ 22.692,42
9	€ 729.803,52	€ 9.542,18	€ 0,00	€ 13.150,24	€ 22.692,42
10	€ 716.653,27	€ 9.370,24	€ 0,00	€ 13.322,18	€ 22.692,42
11	€ 703.331,09	€ 9.196,05	€ 0,00	€ 13.496,37	€ 22.692,42
12	€ 689.834,72	€ 9.019,59	€ 0,00	€ 13.672,83	€ 22.692,42
13	€ 676.161,89	€ 8.840,82	€ 0,00	€ 13.851,61	€ 22.692,42
14	€ 662.310,28	€ 8.659,71	€ 0,00	€ 14.032,72	€ 22.692,42
15	€ 648.277,57	€ 8.476,23	€ 0,00	€ 14.216,19	€ 22.692,42
16	€ 634.061,37	€ 8.290,35	€ 0,00	€ 14.402,07	€ 22.692,42
17	€ 619.659,30	€ 8.102,05	€ 0,00	€ 14.590,38	€ 22.692,42
18	€ 605.068,93	€ 7.911,28	€ 0,00	€ 14.781,15	€ 22.692,42
19	€ 590.287,78	€ 7.718,01	€ 0,00	€ 14.974,41	€ 22.692,42
20	€ 575.313,37	€ 7.522,22	€ 0,00	€ 15.170,20	€ 22.692,42
21	€ 560.143,17	€ 7.323,87	€ 0,00	€ 15.368,55	€ 22.692,42
22	€ 544.774,62	€ 7.122,93	€ 0,00	€ 15.569,49	€ 22.692,42
23	€ 529.205,12	€ 6.919,36	€ 0,00	€ 15.773,07	€ 22.692,42
24	€ 513.432,06	€ 6.713,12	€ 0,00	€ 15.979,30	€ 22.692,42
25	€ 497.452,76	€ 6.504,19	€ 0,00	€ 16.188,23	€ 22.692,42
26	€ 481.264,53	€ 6.292,53	€ 0,00	€ 16.399,89	€ 22.692,42
27	€ 464.864,64	€ 6.078,11	€ 0,00	€ 16.614,32	€ 22.692,42
28	€ 448.250,32	€ 5.860,87	€ 0,00	€ 16.831,55	€ 22.692,42
29	€ 431.418,77	€ 5.640,80	€ 0,00	€ 17.051,62	€ 22.692,42
30	€ 414.367,15	€ 5.417,85	€ 0,00	€ 17.274,57	€ 22.692,42
31	€ 397.092,58	€ 5.191,99	€ 0,00	€ 17.500,44	€ 22.692,42
32	€ 379.592,14	€ 4.963,17	€ 0,00	€ 17.729,26	€ 22.692,42
33	€ 361.862,89	€ 4.731,36	€ 0,00	€ 17.961,07	€ 22.692,42
34	€ 343.901,82	€ 4.496,52	€ 0,00	€ 18.195,91	€ 22.692,42
35	€ 325.705,91	€ 4.258,60	€ 0,00	€ 18.433,82	€ 22.692,42
36	€ 307.272,10	€ 4.017,58	€ 0,00	€ 18.674,84	€ 22.692,42
37	€ 288.597,26	€ 3.773,41	€ 0,00	€ 18.919,01	€ 22.692,42
38	€ 269.678,24	€ 3.526,04	€ 0,00	€ 19.166,38	€ 22.692,42
39	€ 250.511,86	€ 3.275,44	€ 0,00	€ 19.416,98	€ 22.692,42
40	€ 231.094,88	€ 3.021,57	€ 0,00	€ 19.670,86	€ 22.692,42
41	€ 211.424,03	€ 2.764,37	€ 0,00	€ 19.928,05	€ 22.692,42
42	€ 191.495,97	€ 2.503,81	€ 0,00	€ 20.188,61	€ 22.692,42
43	€ 171.307,36	€ 2.239,84	€ 0,00	€ 20.452,58	€ 22.692,42
44	€ 150.854,78	€ 1.972,43	€ 0,00	€ 20.720,00	€ 22.692,42
45	€ 130.134,78	€ 1.701,51	€ 0,00	€ 20.990,91	€ 22.692,42
46	€ 109.143,87	€ 1.427,06	€ 0,00	€ 21.265,37	€ 22.692,42
47	€ 87.878,51	€ 1.149,01	€ 0,00	€ 21.543,41	€ 22.692,42
48	€ 66.335,09	€ 867,33	€ 0,00	€ 21.825,09	€ 22.692,42
49	€ 44.510,00	€ 581,97	€ 0,00	€ 22.110,45	€ 22.692,42
50	€ 22.399,55	€ 292,87	€ 0,00	€ 22.399,55	€ 22.692,42
TOTAIS		€ 305.545,14	€ 0,00	€ 829.076,00	€ 1.134.621,14



7. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO (25 ANOS), ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 1.479.021,50 €, PARA FINANCIAMENTO COMPLEMENTAR DA AQUISIÇÃO DE QUARENTA E CINCO FRACÇÕES AUTÓNOMAS NA FREGUESIA DE VILA DAS AVES, DESTINADAS A REALOJAMENTO DE AGREGADOS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE GRAVE CARÊNCIA HABITACIONAL: PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO À CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS S.A. E PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

Presente o processo de consultas efectuadas com vista à contratação do empréstimo supra mencionado, destinado a financiamento complementar do projecto acima referido, aberto na sequência do Acordo de Colaboração celebrado com o Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., no âmbito do PROHABITA, do qual consta informação da Divisão de Gestão Financeira, de vinte e um do corrente mês de Setembro, registada com o número treze mil quinhentos e um, no sentido de que a proposta mais vantajosa é a da Caixa de Geral de Depósitos S.A.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse solicitar autorização à Assembleia Municipal para a contratação do referido empréstimo com a Caixa de Geral de Depósitos S.A. nas condições propostas por aquela instituição financeira, através do seu ofício número 1602/09-DBI, registado na câmara municipal com o número treze mil quinhentos e cinco, do qual se junta cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as subsequentes três folhas.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, solicitar autorização à Assembleia Municipal para a contratação do referido empréstimo.-----

C. M. Stº Tirso

Nº 13305 Data: 2009/09/2

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Santo Tirso

Praça 25 de Abril

4780-373 SANTO TIRSO

SUA REFERÊNCIA
019848

SUA COMUNICAÇÃO
2009-09-10

NOSSA REFERÊNCIA
1602/09 - DBI

DATA
2009/09/18

ASSUNTO: **Condições para um empréstimo no âmbito do PROHABITA até € 1.479.012,50**

Em resposta à V/ consulta em referência, a qual desde já agradecemos, sobre condições para financiamento de longo prazo, até ao montante de € 1.479.012,50, destinado a habitação social, no Âmbito do Acordo de Colaboração celebrado entre a Autarquia e o INH/IHRU, ao abrigo da Lei nº 135/2004, de 3 de Junho, informamos que a Caixa se encontra receptiva para conceder o empréstimo, nas seguintes condições básicas:

1. **NATUREZA:** Abertura de crédito.
2. **FINALIDADE:** Aquisição de fogos de habitação em Vila das Aves
3. **MONTANTE:** Até € 1.479.012,50.
4. **PRAZO GLOBAL:** Até 25 anos, contados da data da primeira utilização de capital, de acordo com a legislação em vigor.
5. **PERÍODO DE UTILIZAÇÃO E DIFERIMENTO:** a utilização será integral após o que se iniciará o período de reembolso, podendo ocorrer no prazo máximo legal de 30 meses.
6. **TAXA DE JURO:** O empréstimo vencerá juros a uma taxa nominal variável, indexada à "Euribor a 6 meses (Base 360 dias)", média aritmética simples das cotações diárias do indexante no mês anterior ao mês de início do período de contagem de juros (DL 171/2007, de 08/05 e DL 240/06, de 22/12), acrescida do "spread" de 1,50% durante o 1º ano e 2,00% nos restantes 24 anos.
7. **PAGAMENTO DOS JUROS E REEMBOLSO DO CAPITAL:**
 - 7.1. Durante o período de utilização e diferimento os juros devidos pelo Município serão calculados dia a dia sobre o saldo devedor e pagos postecipadamente ao semestre aplicando-se o método das taxas proporcionais.

- 7.2. O empréstimo será reembolsado, após o termo do período de utilização e diferimento (que terminará no fim do período de contagem de juros em que se verifique a última utilização), em prestações semestrais iguais, postecipadas e sucessivas de capital e juros, aplicando-se o método das taxas equivalentes.
8. **BONIFICAÇÃO:** Caso o empréstimo venha a poder ser integrado na Linha de Crédito bonificada destinada a projectos de investimento de Habitação Social (D. Lei 110/85 de 17/04, DL135/2004 de 03/06 (PROHABITA) e Portaria 1149/2001 de 29/09), a operação beneficiará de uma bonificação do Estado através do IHRU de acordo com a legislação em vigor.
9. **REEMBOLSO ANTECIPADO:** Em caso de reembolso antecipado da totalidade ou de parte do capital em dívida serão apenas devidos os juros relativos ao período de contagem então em curso.
10. **GARANTIA:** Consignação das receitas municipais que não se encontrem legalmente consignadas.
11. **COMISSÕES:** Não há lugar à cobrança de comissões de imobilização, montagem, organização ou de acompanhamento e gestão.
12. **VALIDADE DA PROPOSTA:** 60 dias.

Com os melhores cumprimentos.

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS



OMNIO CLIENTE - CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRO

MONTANTE CONT - € 1.479.012,50

TAXA: 2,615% - MÉDIA MENSAL EURIBOR 6M (360 D) + 1,5% - 1º ANO

TAXA: 3,115% - MÉDIA MENSAL EURIBOR 6M (360 D) + 2,00% - RESTANTES 24 ANOS

***VENCIMENTOS SEMESTRAIS

.PRES	TAXA	SALDO INICIAL	JUROS REMUNERAT.	AMORTIZACAO	SALDO DEVEDOR	BONIFICAÇÃO
1	1,04600%	1.479.012,50	7.715,11	25.966,84	1.453.045,66	11.498,18
2	1,04600%	1.453.045,66	7.579,66	26.102,29	1.426.943,37	11.296,31
3	1,24600%	1.426.943,37	8.862,34	25.608,20	1.401.335,17	13.191,88
4	1,24600%	1.401.335,17	8.763,29	25.767,25	1.375.567,92	12.955,13
5	1,24600%	1.375.567,92	8.543,26	25.927,28	1.349.640,64	12.716,92
6	1,24600%	1.349.640,64	8.382,23	26.088,31	1.323.552,33	12.477,22
7	1,24600%	1.323.552,33	8.220,20	26.250,34	1.297.301,99	12.236,04
8	1,24600%	1.297.301,99	8.057,17	26.413,37	1.270.888,62	11.993,36
9	1,24600%	1.270.888,62	7.893,13	26.577,41	1.244.311,21	11.749,17
10	1,24600%	1.244.311,21	7.728,06	26.742,48	1.217.568,73	11.503,47
11	1,24600%	1.217.568,73	7.561,97	26.908,57	1.190.660,16	11.256,24
12	1,24600%	1.190.660,16	7.394,85	27.075,69	1.163.584,47	11.007,47
13	1,24600%	1.163.584,47	7.226,69	27.243,85	1.136.340,62	10.757,16
14	1,24600%	1.136.340,62	7.057,49	27.413,05	1.108.927,57	10.505,30
15	1,24600%	1.108.927,57	6.887,23	27.583,31	1.081.344,26	10.251,87
16	1,24600%	1.081.344,26	6.715,92	27.754,62	1.053.589,64	9.996,86
17	1,24600%	1.053.589,64	6.543,54	27.927,00	1.025.662,64	9.740,28
18	1,24600%	1.025.662,64	6.370,10	28.100,44	997.562,20	9.482,10
19	1,24600%	997.562,20	6.195,57	28.274,97	969.287,23	9.222,31
20	1,24600%	969.287,23	6.019,97	28.450,57	940.836,66	8.960,91
21	1,24600%	940.836,66	5.843,27	28.627,27	912.209,39	8.697,89
22	1,24600%	912.209,39	5.665,47	28.805,07	883.404,32	8.433,24
23	1,24600%	883.404,32	5.486,57	28.983,97	854.420,35	8.166,94
24	1,24600%	854.420,35	5.306,56	29.163,98	825.256,37	7.898,99
25	1,24600%	825.256,37	5.125,43	29.345,11	795.911,26	7.629,37
26	1,24600%	795.911,26	4.943,18	29.527,36	766.383,90	7.358,08
27	1,24600%	766.383,90	4.759,79	29.710,75	736.673,15	7.085,10
28	1,24600%	736.673,15	4.575,27	29.895,27	706.777,88	6.810,43
29	1,24600%	706.777,88	4.389,59	30.080,95	676.696,93	6.534,05
30	1,24600%	676.696,93	4.202,77	30.267,77	646.429,16	6.255,96
31	1,24600%	646.429,16	4.014,79	30.455,75	615.973,41	5.976,14
32	1,24600%	615.973,41	3.825,63	30.644,91	585.328,50	5.694,58
33	1,24600%	585.328,50	3.635,31	30.835,23	554.493,27	5.411,27
34	1,24600%	554.493,27	3.443,80	31.026,74	523.466,53	5.126,21
35	1,24600%	523.466,53	3.251,10	31.219,44	492.247,09	4.839,37
36	1,24600%	492.247,09	3.057,21	31.413,33	460.833,76	4.550,75
37	1,24600%	460.833,76	2.862,11	31.608,43	429.225,33	4.260,34
38	1,24600%	429.225,33	2.665,80	31.804,74	397.420,59	3.968,12
39	1,24600%	397.420,59	2.468,27	32.002,27	365.418,32	3.674,09
40	1,24600%	365.418,32	2.269,51	32.201,03	333.217,29	3.378,24
41	1,24600%	333.217,29	2.069,52	32.401,02	300.816,27	3.080,54
42	1,24600%	300.816,27	1.868,28	32.602,26	268.214,01	2.781,00
43	1,24600%	268.214,01	1.665,80	32.804,74	235.409,27	2.479,60
44	1,24600%	235.409,27	1.462,06	33.008,48	202.400,79	2.176,32
45	1,24600%	202.400,79	1.257,05	33.213,49	169.187,30	1.871,16
46	1,24600%	169.187,30	1.050,77	33.419,77	135.767,53	1.564,11
47	1,24600%	135.767,53	843,21	33.627,33	102.140,20	1.255,15
48	1,24600%	102.140,20	634,36	33.836,18	68.304,02	944,27
49	1,24600%	68.304,02	424,22	34.046,32	34.257,70	631,46
50	1,24600%	34.257,70	212,76	34.257,70	0,00	316,71
		TOTAL	242.937,24	1.479.012,50		361.647,66



8. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO CELEBRADOS PELO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO PARA EXECUÇÃO DO ACORDO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO COM A AMA, I.P. – AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA I.P. E A ESTRUTURA DE MISSÃO LOJAS DO CIDADÃO DE SEGUNDA GERAÇÃO, RATIFICADO PELA CÂMARA MUNICIPAL EM REUNIÃO DE 15/10/2008: ALTERAÇÃO DAS MINUTAS DOS CONTRATOS APROVADAS EM REUNIÃO DE 12/08/2009: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

Presente o despacho do Senhor Presidente da Câmara de dezassete do corrente mês de Setembro, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as subsequentes dez folhas, que, ao abrigo da competência excepcional prevista no n.º 3 do artigo 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, aprovou alterações às minutas dos contratos de arrendamento aprovadas em reunião camarária de doze de Agosto findo (item cinco da respectiva acta), alterações essas que para maior facilidade de identificação se encontram redigidas a cor azul.-----

O Senhor Presidente submeteu o aludido despacho à ratificação da câmara municipal.-----

Anexam-se à presente acta e dela ficam a fazer parte integrante, cópia dos respectivos contratos de arrendamento já assinados no dia dezassete do corrente mês de Setembro, um com a sociedade Sofamil – Sociedade Familiar de Investimentos Lda, Pessoa Colectiva 500 271 097, e outro com Orlando Gouveia Sequeira, contribuinte número 141 052 546, que constituem os Anexos II e III da presente acta, compostos por dezanove folhas cada um.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar o aludido despacho.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

DESPACHO

47
[Handwritten signature]

Em reunião do executivo camarário de 12 de Agosto findo (item 5) foi deliberado aprovar as minutas dos contratos de arrendamento para fins não habitacionais a celebrar pela Câmara Municipal de Santo Tirso para execução do Acordo de Colaboração celebrado entre o Município de Santo Tirso, a AMA, I.P – Agência para a Modernização Administrativa, I.P e a Estrutura de Missão Lojas do Cidadão de Segunda Geração, ratificado em reunião de Câmara de 15 de Outubro de 2008.

Contratos de arrendamento esses, a celebrar, um deles com Orlando Gouveia Sequeira e outro com a sociedade JFS – sociedade de Construções Joaquim Ferreira dos Santos, Lda., tendo por objecto a instalação dos serviços das Lojas do Cidadão de Segunda Geração.

Sucede que a referida sociedade por quotas "JFS – sociedade de Construções Joaquim Ferreira dos Santos, Lda." veio a comunicar que, no dia 04 do corrente mês de Setembro, vendeu à também Sociedade por quotas "Sofamil – Sociedade Familiar de Investimentos Lda.", pessoa colectiva nº 500271097, com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial do Porto, 2ª Secção, com sede na Rua Teodoro de Sousa Maldonado, nº65, por escritura de compra e venda celebrada no Cartório Notarial de Matosinhos (constante de fls. 82 a fls.85 do livro de notas nº163-A daquele cartório), as 13 fracções autónomas designadas pelas letras BJ, BG, BF, BE, BD, BC, BB, BA, AZ, AU, AP, AO, correspondentes às lojas 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16 21 e 22, as quais são parte integrante do prédio urbano, denominado edifício S. Luís, sito na Avenida Sousa Cruz, nºs. 99 a 135, Rua Professor Pires Fernandes, nº16 a 90, Rua



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

48

Professor Oliveira Salazar, nº426 e Rua do Olival, nºs.115 a 143, na freguesia e concelho de Santo Tirso, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o nº2160 e inscrito na matriz Urbana sob o artigo 5.031, objecto do respectivo contrato de arrendamento a celebrar.

Verificou-se, ainda, que as minutas dos contratos de arrendamento aprovadas não contemplam algumas menções obrigatórias a incluir nos contratos de arrendamento a celebrar, por força do disposto nos artigos 2º e 3º do DL nº160/2006, de 8 de Agosto, designadamente a constituição do prédio a que respeitam as fracções em causa em regime de propriedade horizontal e a existência do respectivo Regulamento do Condomínio.

Tendo em conta os seguintes considerandos:

Considerando que se impõe proceder, de imediato, à outorga dos contratos de arrendamento das fracções autónomas destinadas à instalação das Lojas do Cidadão de Segunda Geração para dar de imediato início à execução das obras;

Considerando que a execução da empreitada de adaptação das fracções à finalidade em causa já se encontra adjudicada pela AMA, I.P – Agência para a Modernização Administrativa, I.P;

Considerando que o atraso na execução da obra põe em causa os compromissos assumidos no âmbito do referido Acordo de Colaboração;

Considerando que as alterações a introduzir não se traduzem numa modificação das cláusulas contratuais;

Considerando que a reunião do executivo camarário encontra-se agendada para o dia 23/09/09, não sendo possível reunir o executivo camarário até aquela data.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

49

Determino, ao abrigo do disposto no nº3 do art.68º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, a aprovação das alterações introduzidas aos contratos de arrendamento das fracções autónomas destinadas instalação das Lojas do Cidadão de Segunda Geração, nos termos dos documentos anexos ao presente Despacho e que dele ficam a fazer parte integrante para os devidos efeitos legais, as quais se encontram redigidas a cor azul para melhor identificação.

Remeta-se o presente Despacho à próxima reunião de Câmara para ratificação.

Santo Tirso, e Paços do Concelho, 17 de Setembro de 2009

O Presidente,

Castro Fernandes

**CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS, NOVO
R.A.U., APROVADO PELA LEI 6/2006 de 27/02**

OUTORGANTES:

PRIMEIRO: Orlando Gouveia Sequeira, casado, natural de Areias, nascido a 11/12/1958, residente na Rua Professor Pires Fernandes, nº 56, 1º Dtº, 4780-532 Santo Tirso, portador do Bilhete de identidade número 5847853, emitido em 24/09/2004, pelo arquivo de Lisboa e contribuinte fiscal número 141 052 546, na qualidade de senhorio;

SEGUNDO: Eng.º António Alberto de Castro Fernandes, casado, natural da freguesia de Vila das Aves, concelho de Santo Tirso, nascido a 27/12/1952, residente na Rua S. Bento da Batalha, nº55, freguesia e concelho de Santo Tirso, portador do cartão de cidadão nº02873162 **o qual outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, em nome e em representação do respectivo Município de Santo Tirso**, pessoa colectiva nº 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, 4780-373 Santo Tirso, na qualidade de arrendatária,

Declara o primeiro outorgante: -----

Que dá de arrendamento ao Segundo Outorgante a fracção designada pela letra **AV**, correspondente à Loja com o **número 15**, inscrita na matriz urbana sob o artigo 5.031-AV, a qual é parte integrante do prédio urbano, denominado Edifício S. Luís, sito na Avenida Sousa Cruz, nºs. 99 a 135, Rua Professor Pires Fernandes, nº16 a 90, Rua Professor Oliveira Salazar, nº426 e Rua do Olival, nºs.115 a 143, na freguesia e concelho de Santo Tirso, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o nº2160 e inscrito na matriz Urbana sob o artigo 5031 e com a licença de utilização n.º 163-E emitida pela Câmara Municipal de Santo Tirso em 16 de Maio de 2000.-----

Que o referido prédio se encontra constituído em regime de propriedade horizontal, por escritura de outorgada em 11 de Abril de 2000, constante de folhas 54 a 55 do Livro de Escrituras Diversas 53-C no Segundo Cartório Notarial do Porto, e dispõe do respectivo Regulamento do Condomínio.-----

Que este arrendamento há-de regular-se pelas cláusulas seguintes e em tudo o que for omissso pelo Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), aprovado pela Lei 06/2006, de 27/02: -----

PRIMEIRA

O contrato é feito pelo prazo de quinze anos, tacitamente prorrogável por períodos de um ano, salvo denúncia a comunicar por escrito, por qualquer das partes por carta regista com aviso de recepção, com a antecedência mínima de 120 dias sobre o termo do prazo, e tem o seu início na data de assinatura do presente contrato.-----

SEGUNDA

A renda anual é de 24.000,00€ (Vinte e Quatro Mil euros) a pagar em mensalidades de 2.000,00€ (Dois Mil euros), no primeiro dia útil do mês anterior àquele a que respeitar, por transferência bancária para o NIB nº 0033 0000 0002 9993 2740 5, e que será actualizada anualmente de acordo com os factores de actualização estabelecidos por lei -----

TERCEIRA

1- O local arrendado destina-se ao funcionamento dos serviços das Lojas do Cidadão de Segunda Geração, não podendo ser utilizado para outros fins nem ser sublocado, sem prejuízo do disposto no número seguinte, no todo ou em parte sem consentimento escrito do primeiro outorgante. -----

2- O Primeiro Outorgante autoriza, desde já, expressamente a sublocação à AMA, I.P – Agência para a Modernização Administrativa, I.P. da fracção autónoma objecto do presente contrato.-----

QUARTA

1- A arrendatária poderá fazer na fracção arrendada quaisquer obras que entender necessárias para a prossecução da sua actividade, sem prévia autorização, para o efeito, do Primeiro Outorgante, ficando no entanto aquelas a pertencer ao local, sem direito a qualquer indemnização ou retenção por via delas. -----

2- No caso de sublocação previsto no nº2 da Cláusula anterior, o primeiro outorgante autoriza, desde já, expressamente o sublocatário a realizar as obras de adaptação necessárias à finalidade do arrendamento prevista na Cláusula anterior.-----

QUINTA

Ficam por conta do arrendatário, todas as despesas de condomínio, que digam respeito às despesas de manutenção, ou seja, serviços de limpeza, manutenção de equipamento, elevador, vigilância, consumo de água e luz.-----

SEXTA

No termo do contrato, o local arrendado será entregue em perfeito estado de conservação e limpeza, ressalvadas as deteriorações inerentes a uma prudente utilização, em conformidade com os fins do contrato. -----

Declara o Segundo Outorgante que aceita este contrato nos termos exarados. -----

O Regulamento da Propriedade Horizontal (Regulamento do Condomínio) do prédio a que respeita a fracção autónoma arrendada, é anexado ao presente contrato e assinado por ambas as partes, em conformidade com o disposto nos nºs. 1, alínea f), e 2 do art.3º do DL nº160/2006, de 8 de Agosto.-----

A minuta do presente contrato de arrendamento foi aprovada em reunião do executivo camarário datada de 12 de Agosto de 2009 (item 5) e alterada por Despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 17 de Setembro de 2009, submetido a ratificação camarária na reunião de 23 de Setembro de 2009.-----

O presente contrato foi elaborado em triplicado, tendo sido atribuído a cada uma das partes um exemplar, sendo o outro exemplar a entregar nos Serviços de Finanças pelo senhorio, onde pagará o imposto de selo respectivo.-----

Santo Tirso, _____ de 2009

O Primeiro Outorgante:

O Segundo Outorgante:

**CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS, NOVO
R.A.U., APROVADO PELA LEI 6/2006 de 27/02**

OUTORGANTES:

PRIMEIRO: Eng.º Joaquim António Flores Ferreira dos Santos, casado, natural da freguesia de Ramalde, concelho do Porto, com domicílio profissional na Rua Teodoro de Sousa Maldonado, nº65, Porto, portador do B.I. nº 2867337 de 18/09/2009, emitido em 18/09/2006 pelos Serviços de Identificação Civil do Porto, contribuinte fiscal nº 146507266, o qual outorga na qualidade de sócio e gerente da Sociedade "**Sofamil – Sociedade Familiar de Investimentos, Lda.**", pessoa colectiva nº 500271097, com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial do Porto, 2ª Secção, com sede na Rua Teodoro de Sousa Maldonado, nº65, na qualidade de senhoria;

SEGUNDO: Eng.º António Alberto de Castro Fernandes, casado, natural da freguesia de Vila das Aves, concelho de Santo Tirso, nascido a 27/12/1952, residente na Rua S. Bento da Batalha, nº55, freguesia e concelho de Santo Tirso, portador do cartão de cidadão nº02 873 162, **o qual outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, em nome e em representação do respectivo Município de Santo Tirso**, pessoa colectiva nº 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, 4780-373 Santo Tirso, na qualidade de arrendatária;

Declaram os primeiros: -----

Que em nome da sua representada dão de arrendamento á representada do segundo outorgante as fracções autónomas designadas pelas letras BJ, BG, BF, BE, BD, BC, BB, BA, AZ, AY, AU, AP, AO, correspondentes às Lojas 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16, 21, e 22 respectivamente, as quais são parte integrante do prédio urbano, denominado edifício S. Luís, sito na Avenida Sousa Cruz, nºs. 99 a 135, Rua Professor Pires Fernandes, nº16 a 90, Rua Professor Oliveira Salazar, nº426 e Rua do Olival, nºs.115 a 143, na freguesia e concelho de Santo Tirso, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o nº2160 e inscrito na matriz Urbana sob o artigo 5.031, e com a licença de utilização nº 163-E emitida pela Câmara Municipal de Santo Tirso em 16 de Maio de 2000. -----

Que o referido prédio encontra-se constituído em regime de propriedade horizontal, por escritura de outorgada em 11 de Abril de 2000, constante de folhas 54 a 55 do Livro de Escrituras Diversas 53-C no Segundo Cartório Notarial do Porto, e dispõe do respectivo Regulamento do Condomínio.-----

Que este arrendamento há-de regular-se pelas cláusulas seguintes e em tudo o que for omissa pelo N. R.A.U., Lei 06/2006, de 27/02: -----

PRIMEIRA

O contrato é feito pelo prazo de quinze anos, tacitamente prorrogável por períodos de um ano, salvo denúncia a comunicar por escrito, por qualquer das partes por carta regista com aviso de recepção, com a antecedência mínima de 120 dias sobre o termo do prazo, e tem o seu início na data de assinatura do presente contrato.-----

SEGUNDA

A renda anual é de 118.974,00€ (Cento e Dezoito Mil novecentos e setenta e quatro euros) a pagar em mensalidades de 9.914,50€ (Nove Mil novecentos e catorze euros e cinquenta cêntimos), conforme lista Anexa ao presente contrato, e dele fica a fazer parte integrante, no primeiro dia útil do mês anterior àquele a que respeitar, por transferência bancária para o NIB nº 003600309910064966105, e que será actualizada anualmente de acordo com os factores de actualização estabelecidos por lei.-----

TERCEIRA

- 1- Os locais arrendados destinam-se ao funcionamento dos serviços das Lojas do Cidadão de Segunda Geração, não podendo ser utilizado para outros fins nem ser sublocado, sem prejuízo do disposto no número seguinte, no todo ou em parte sem consentimento escrito da senhoria -
- 2- O Primeiro Outorgante autoriza, desde já, expressamente a sublocação à AMA, I.P. - Agência para a Modernização Administrativa, I.P. das fracções autónomas objecto do presente contrato.-----

QUARTA

- 1- A arrendatária poderá fazer nas fracções autónomas arrendadas quaisquer obras que entender necessárias para a prossecução da sua actividade, sem prévia autorização do senhorio para o efeito, ficando no

entanto aquelas a pertencer ao local, sem direito a qualquer indenização ou retenção por via delas. -----

2- No caso de sublocação previsto no nº2 da Cláusula anterior, o primeiro outorgante autoriza, desde já, expressamente o sublocatário a realizar as obras de adaptação necessárias à finalidade do arrendamento prevista na Cláusula anterior.-----

QUINTA

Ficam por conta do arrendatário, todas as despesas de condomínio, que digam respeito às despesas de manutenção, ou seja, serviços de limpeza, manutenção de equipamento, elevador, vigilância, consumo de água e luz.-----

SEXTA

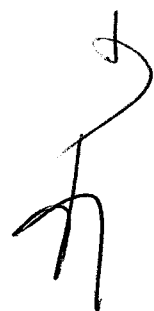
No termo do contrato, os locais arrendados serão entregues em perfeito estado de conservação e limpeza, ressalvadas as deteriorações inerentes a uma prudente utilização, em conformidade com os fins do contrato. -----

Declara o segundo outorgante que aceita este contrato nos termos exarados. -----

O Regulamento da Propriedade Horizontal (Regulamento do Condomínio) do prédio a que respeita a fracção autónoma arrendada, é anexado ao presente contrato e assinado por ambas as partes, em conformidade com o disposto nos nºs. 1, alínea f), e 2 do art.3º do DL nº160/2006, de 8 de Agosto.-----

A minuta do presente contrato de arrendamento foi aprovada em reunião do executivo camarário datada de 12 de Agosto de 2009 (item 5) e alterada por Despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 17 de Setembro de 2009, submetido a ratificação camarária na reunião de 23 de Setembro de 2009.-----

O presente contrato foi elaborado em triplicado, tendo sido atribuído a cada uma das partes um exemplar, sendo o outro exemplar a entregar nos Serviços de Finanças pelo primeiro outorgante, onde pagará o imposto de selo respectivo.-----



Santo Tirso, _____ de 2009

O Primeiro Outorgante:

O Segundo Outorgante:

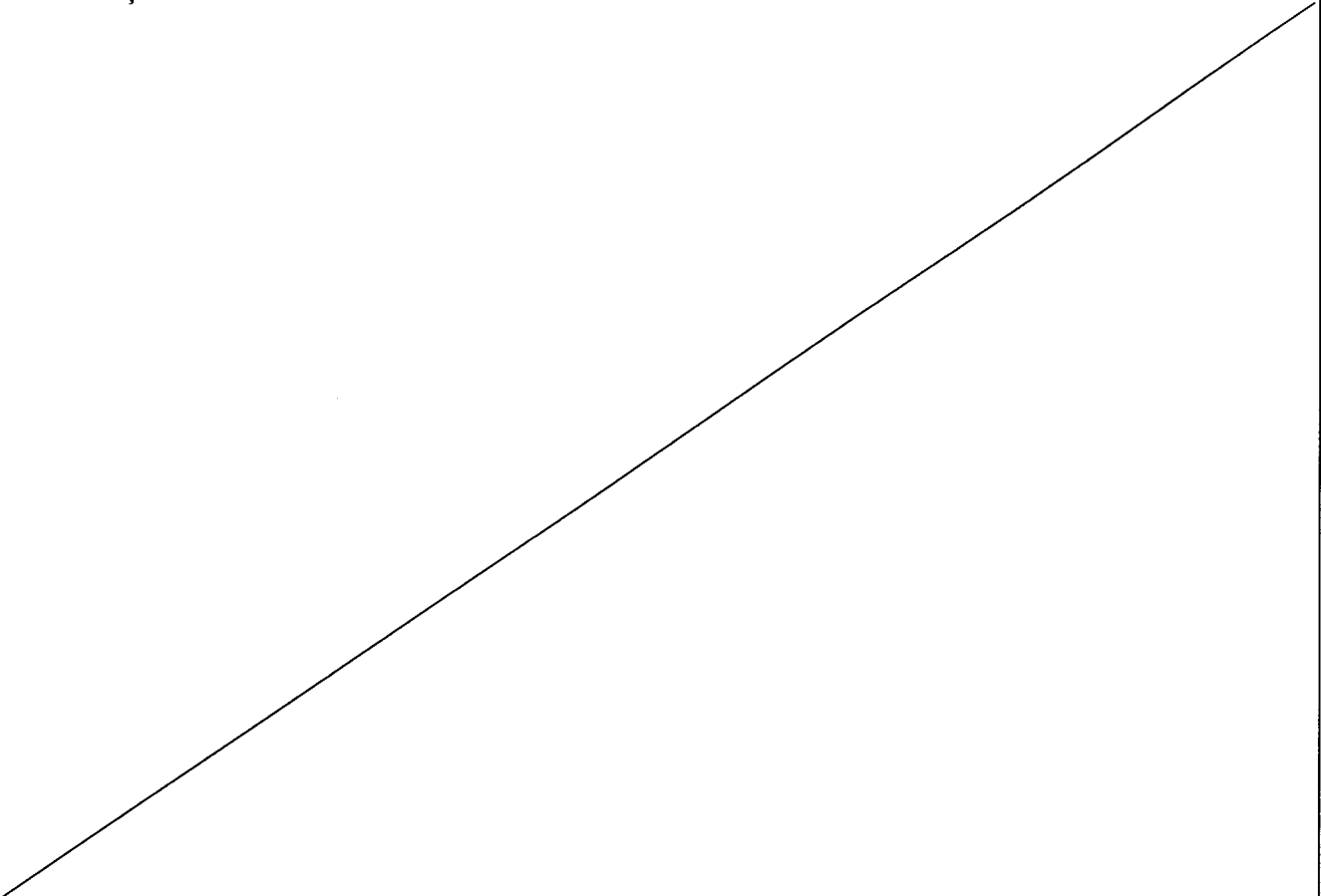


7

9. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE A REDE FERROVIÁRIA NACIONAL REFER EPE E OS MUNICÍPIOS DE SANTO TIRSO E VILA NOVA DE FAMALICÃO: RATIFICAÇÃO.-----

Presente o Protocolo de colaboração acima referido, assinado no dia quatro do corrente mês de Setembro, que tem por objecto a disponibilização pela REFER da antiga ponte ferroviária de Caniços para efeitos da sua adaptação a trânsito pedonal, para ligação pedonal das freguesias de Bairro (Concelho de Vila Nova de Famalicão) e Vila das Aves (Concelho de Santo Tirso), do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo IV da presente acta, composto por cinco folhas.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar o aludido Protocolo de Colaboração.-----





10. AQUISIÇÃO DE CINCO PARCELAS DE TERRENO DESTINADAS À EXECUÇÃO DA OBRA DE “RECTIFICAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA RUA DA CAPELA - S. MAMEDE DE NEGRELOS”.-----

Presente informação da Divisão Jurídica e do Contencioso, de três do corrente mês de Setembro, registada com o número doze mil setecentos e dezasseis, a comunicar o resultado das negociações efectuadas com os proprietários das parcelas de terreno necessárias à execução da obra acima identificada. Em anexo consta informação da Divisão de Vias, de dezasseis do corrente mês de Setembro, relativa aos custos dos trabalhos de reconstrução das benfeitorias existentes na parcela de terreno identificada na respectiva planta cadastral com o número um.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que do Plano Plurianual de Investimentos para o ano em curso consta a empreitada denominada “Rectificação e Pavimentação da Rua da Capela - S. Mamede de Negrelos” (objectivo – 3.3.1; Acção – 27/2009/91), cujas despesas serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação 02/07010401, para a qual são necessárias cinco parcelas de terreno;-----

Considerando que os respectivos proprietários aceitam ceder gratuitamente ao Município de Santo Tirso as parcelas de terreno em causa, na condição da Câmara repor as benfeitorias existentes na área de intervenção da obra;-----

Considerando que, legalmente, a Câmara é obrigada a repor as benfeitorias existentes na área de intervenção da obra em condições semelhantes às existentes ou a pagar uma indemnização pelos prejuízos nelas causados;-----

Considerando que se encontra previsto, no âmbito da execução da empreitada, a reconstrução, em alvenaria de granito, dos muros de vedação/suporte existentes na área de intervenção da obra;-----

Considerando que as condições impostas pela proprietária da Parcela 1, não obstante o volume de trabalhos a executar, cujo custo se estima em 29.595,00 € (vinte e nove mil quinhentos e



noventa e cinco euros), se traduzem na reposição das benfeitorias existentes e alguns melhoramentos às mesmas, os quais beneficiam, em termos históricos e arquitectónicos o local, já que se trata de uma edificação antiga, de apoio a uma casa senhorial do século XVIII (com capela), pertencente à Quinta da Capela;-----

Face ao exposto, proponho que a Câmara delibere aceitar a cedência gratuita ao domínio público do Município de Santo Tirso das parcelas de terreno a seguir identificadas, delimitadas, respectivamente, nas plantas cadastrais que se anexam à presente acta e que dela ficam a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes cinco folhas, nas seguintes condições a assumir pela Câmara municipal:-----

a) No que se refere às Parcelas 2, 3 e 4, reconstrução dos muros de vedação em alvenaria de granito e demais condições existentes, na área de intervenção da obra;-----

b) No que se refere à Parcela 5, reconstrução do muro de vedação, em alvenaria de granito, na área de intervenção até ao limite a Sul, com uma entrada de 2,90 m (dois vírgula noventa metros) de largura, em local a indicar pelos proprietários no decurso da obra, e colocação de um portão novo em chapa com duas folhas, dado o portão existente não ser recuperável;-----

c) No que se refere à Parcela 1, execução dos trabalhos de reconstrução e melhoramento das benfeitorias existentes, descritos nos documentos anexos à presente acta, identificados como Anexo V, constituído por três folhas, Anexo VI, constituído por uma folha e Anexo VII, constituído por oito folhas, sendo que a altura dos muros a executar será de aproximadamente 2,00/2,20 metros, em vez de 3 metros como inicialmente pretendido pela proprietária.-----

PARCELA 1

Parcela de terreno com a área de 109,15 m² (cento e nove vírgula quinze metros quadrados), sita no Lugar de Barrosos, freguesia de S. Mamede de Negrelos, concelho de Santo Tirso, a confrontar de Norte, Sul e Nascente com caminho público e de Poente com a proprietária, melhor identificada a ponteado vermelho na planta anexa como P1, a desanexar do prédio misto descrito na



Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o nº 19.636 (dezanove mil seiscentos e trinta e seis), inscrito na matriz predial sob os artigos 34 (trinta e quatro) e 112 (cento e doze) urbanos e 698 (seiscentos e noventa e oito) rústico, sendo a área de 35,83 m² (trinta e cinco vírgula oitenta e três metros quadrados) a desanexar do referido artigo 34 urbano e a área de 73,32 m² (setenta e três vírgula trinta e dois metros quadrados) a desanexar da parte rústica, propriedade de Maria José de Sequeira Sampaio da Nóvoa de Mello Vieira, casada em regime de separação de bens com Carlos Pratte de Mello Vieira, residente na Rua do Centro Comercial, nº32 – F, na cidade e concelho de Oeiras, contribuinte fiscal nº 124 642 683.-----

PARCELA 2

Parcela de terreno com a área de 38,98 m² (trinta e oito vírgula noventa e oito metros quadrados), sita na Rua Armando Martins Ferreira, freguesia de S. Mamede de Negrelos, a confrontar de Norte e Nascente com caminho público, e de Sul e Poente com a proprietária, melhor identificada a pontado vermelho na planta anexa como P2, a desanexar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o nº 22.800 (vinte e dois mil e oitocentos) e inscrito na matriz respectiva sob o artigo 32 (trinta e dois), propriedade de Maria Augusta Machado Brandão Coelho, solteira, maior, residente na referida Rua Armando Martins Ferreira, nº 11, contribuinte fiscal nº140747303.-----

PARCELA 3

Parcela de terreno com a área de 35,77 m² (trinta e cinco vírgula setenta e sete metros quadrados), sita na Rua de Valverde, freguesia de S. Mamede de Negrelos, a confrontar de Norte com Armando Maria Gonçalves Martins, de Sul com caminho de servidão, de Nascente com caminho público e de Poente com o proprietário, melhor identificada a pontado vermelho na planta anexa como P3, a desanexar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número 928/20080619 (nove dois oito / dois zero zero oito zero seis um nove) e inscrito na matriz respectiva sob o artigo 30 (trinta), propriedade de António Ferreira Martins, casado no regime



de comunhão de adquiridos com Maria Cristina Moura Pinto, residente na Rua de Valverde, nº 35, na aludida freguesia de S. Mamede de Negrelos, contribuinte fiscal nº 187 364 389. Sobre o referido prédio está constituído usufruto a favor de António Ferreira Martins, viúvo, residente com o proprietário, contribuinte fiscal nº 135 115 418.-----

PARCELA 4

Parcela de terreno com a área de 38,29 m² (trinta e oito vírgula vinte e nove metros quadrados), sita na dita Rua de Valverde, a confrontar de Norte e Poente com o proprietário, de Sul com Augusto Manuel Gonçalves Martins e de Nascente com caminho público, melhor identificada a ponteadado vermelho na planta anexa como P4, a desanexar do prédio urbano inscrito na matriz respectiva sob o artigo 757 (setecentos e cinquenta e sete), edificado na parcela de terreno descrita na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o nº 348/19950804 (três quatro oito / um nove nove cinco zero oito zero quatro), propriedade de Armando Maria Gonçalves Martins, casado em regime de comunhão de adquiridos com Maria Manuela da Silva Neto, contribuinte fiscal nº 158581091.-----

PARCELA 5

Parcela de terreno com a área de 60,21 m² (sessenta vírgula vinte e um metros quadrados), sita no lugar de Campanhão, da referida freguesia de S. Mamede de Negrelos, a confrontar de Norte, Sul e Poente com os proprietários e de Nascente com caminho público, melhor identificada a ponteadado vermelho na planta anexa como P5, a desanexar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o nº 946/20090512 (nove quatro seis / dois zero zero nove zero cinco um dois) e inscrito na matriz respectiva sob o artigo 680 (seiscentos e oitenta), propriedade de Teresa da Conceição da Cunha Gomes, viúva, residente na Rua D. Daniel Gomes Junqueira, nº 68, 1º, Póvoa de Varzim, contribuinte fiscal nº 162928530, Joaquim da Cunha Carvalhal, casado em regime de comunhão de adquiridos com Maria de La Salete da Cunha Reis Soto Maior Carvalhal, residente Rua das Violetas, nº 12, 1º dto., Vila do Conde, contribuinte fiscal nº 106126520, Luís

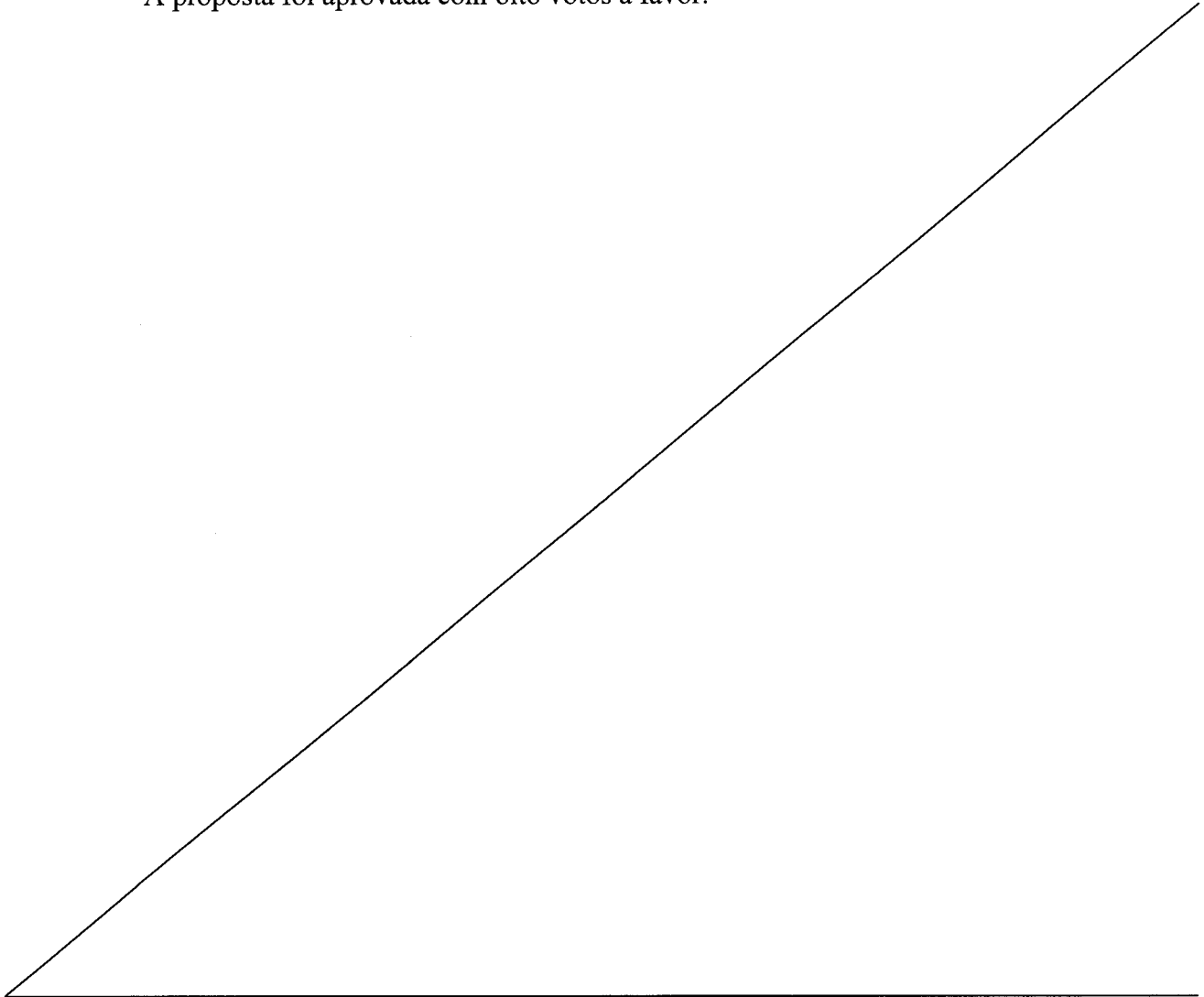


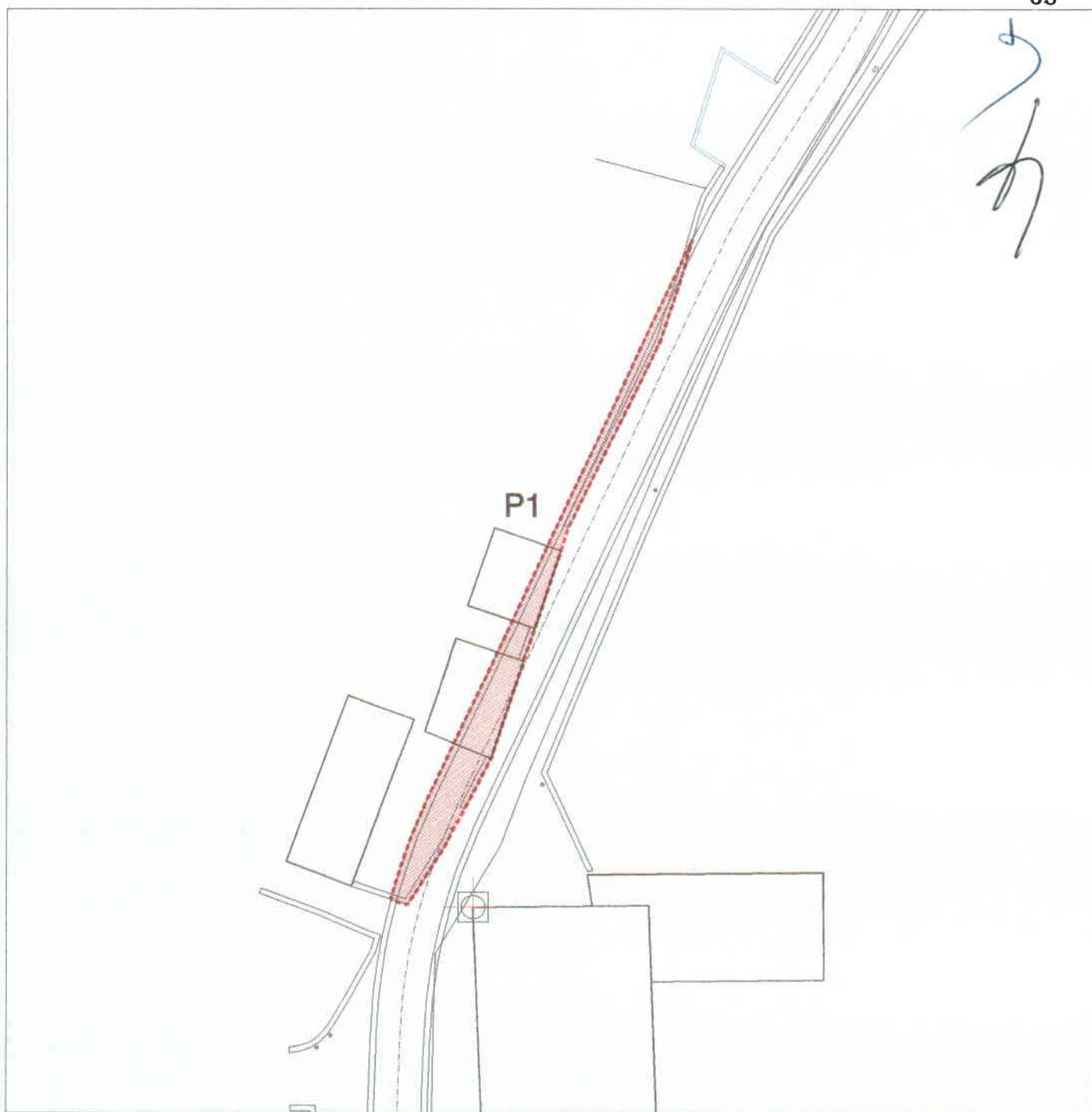
Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso


Maria Gomes Carvalho, casado em regime de comunhão de adquiridos com Maria Irene Campos da Fonte Carvalho, residente Rua José da Silva Tavares, nº 121, Argivai, Póvoa de Varzim, contribuinte fiscal nº 162 928 564, Rosa Carminda Gomes Carvalho, viúva, residente na Praceta Irmã Maria Campos, bloco 5, entrada 4 – 6, 2º andar, Póvoa de Varzim, contribuinte fiscal nº 175 007 640, e Maria do Céu Gomes Carvalho, solteira, maior, residente Rua José Rodrigues Migueis, nº30, 1º Esq., Póvoa de Varzim, contribuinte fiscal nº 192 744 666.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





 Parcela P1 - 109,15 m2

 Coordenada Rectangular - Origem Datum 73 - valores expressos em metros
X = -18981.9561 Y = 186190.2155

Proprietário
Maria José Cerqueira Nóvoa Vieira

Confrontações

Norte	-	-	-	-	-	Caminho Público
Sul	-	-	-	-	-	Caminho Público
Nascente	-	-	-	-	-	Caminho Público
Poente	-	-	-	-	-	Maria José Cerqueira Nóvoa Vieira



Departamento de Planeamento e Habitação
Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica

Rectificação e pavimentação do C. P. que liga os lugares de Portela a Quintões em S. M. de Negrelos

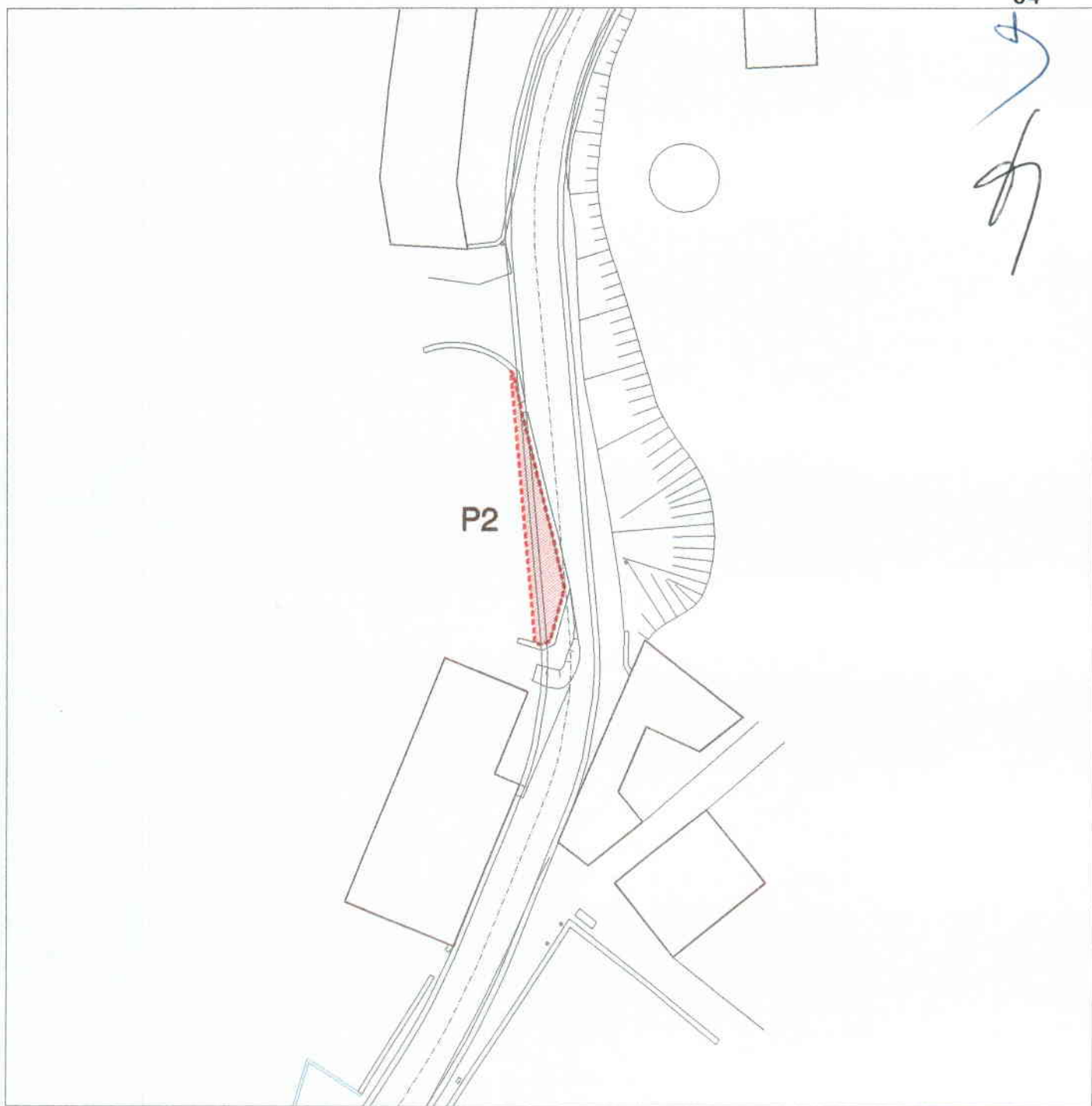
Planta Cadastral - Parcela P1

0 5 25 50 (m)

 **1.0**
Desenho n.º

Esc. 1/500 Março 2008

64

 Parcela P2 - 38,98 m2

Coordenada Rectangular - Origem Datum 73 - valores expressos em metros

X = -18942.4263 Y = 186294.4286

Proprietário

Maria Augusta Brandão Coelho

Confrontações

Norte	-	-	-	-	-	Caminho Público
Sul	-	-	-	-	-	Maria Augusta Brandão Coelho
Nascente	-	-	-	-	-	Caminho Público
Poente	-	-	-	-	-	Maria Augusta Brandão Coelho

**Departamento de Planeamento e Habitação**
Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica

Rectificação e pavimentação do C. P. que liga os lugares de Portela a Quintões em S. M. de Negrelos

Planta Cadastral - Parcela P2

**2.0**
Desenho n.º

Esc 1/500 Março 2008



 Parcela P3 - 35,77 m²



Coordenada Rectangular - Origem Datum 73 - valores expressos em metros

X = -18941.0959 Y = 186359.2396

Proprietário

Augusto Manuel Gonçalves Martins

Confrontações

Norte	-	-	-	-	-	Armando Maria Gonçalves Martins
Sul	-	-	-	-	-	Caminho de Servidão
Nascente	-	-	-	-	-	Caminho Público
Poente	-	-	-	-	-	Augusto Manuel Gonçalves Martins



Departamento de Planeamento e Habitação
Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica

Rectificação e pavimentação do C. P. que liga os lugares de Portela a Quintões em S. M. de Negrelos

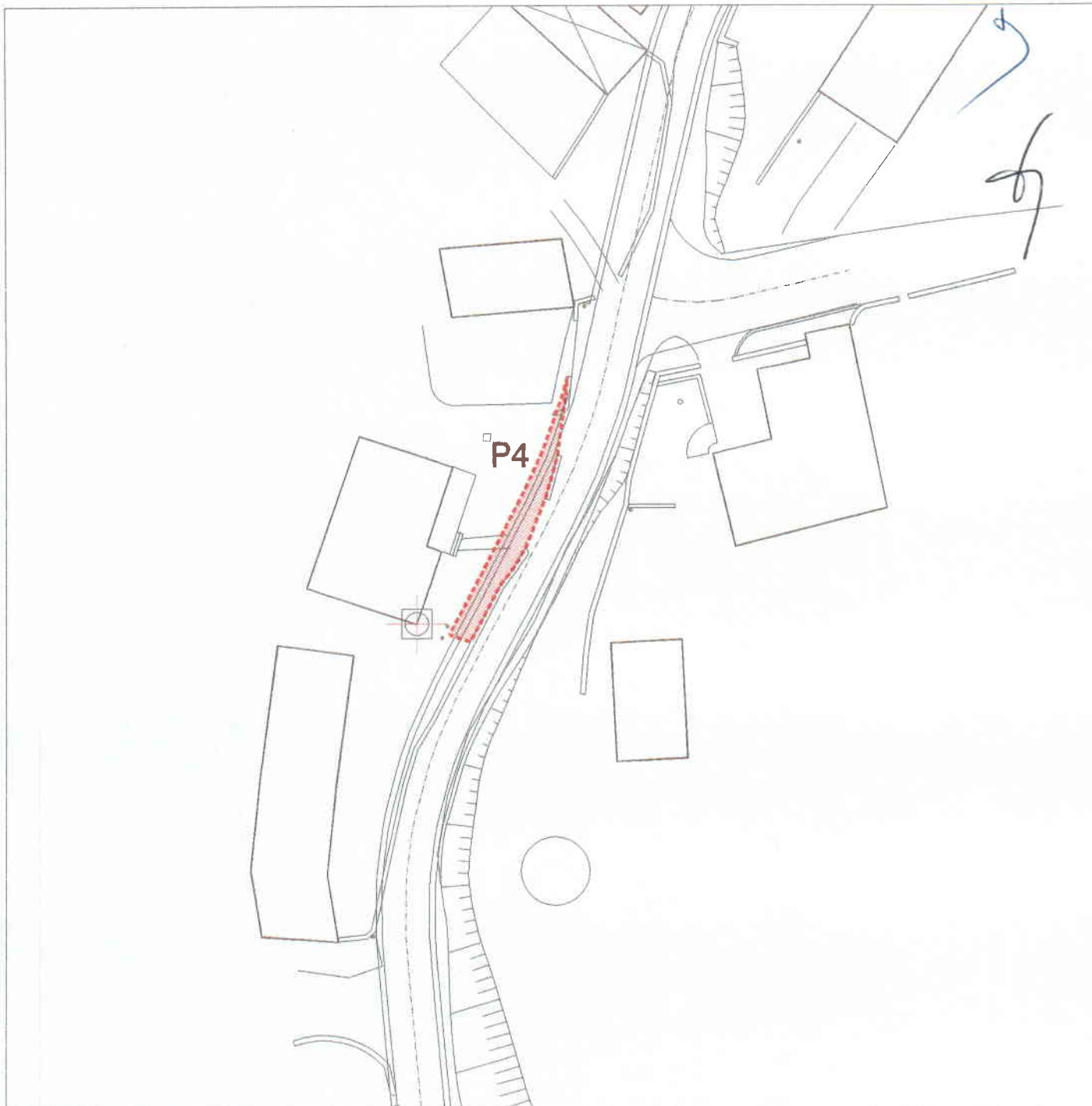
Planta Cadastral - Parcela P3

0 5 25 50 m



3.0
Desenho m²

Esc. 1/500 Março 2008



 Parcela P4 - 38,29 m2



Coordenada Rectangular - Origem Datum 73 - valores expressos em metros

X = -18941.0959 Y = 186359.2396

Proprietário

Armando Maria Gonçalves Martins

Confrontações

Norte	-	-	-	-	-	-	Armando Maria Gonçalves Martins
Sul	-	-	-	-	-	-	Augusto Manuel Gonçalves Martins
Nascente	-	-	-	-	-	-	Caminho Público
Poente	-	-	-	-	-	-	Armando Maria Gonçalves Martins



Departamento de Planeamento e Habitação
Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica

Rectificação e pavimentação do C. P. que liga os lugares de Portela a Quintães em S. M. de Negrelos

Planta Cadastral - Parcela P4

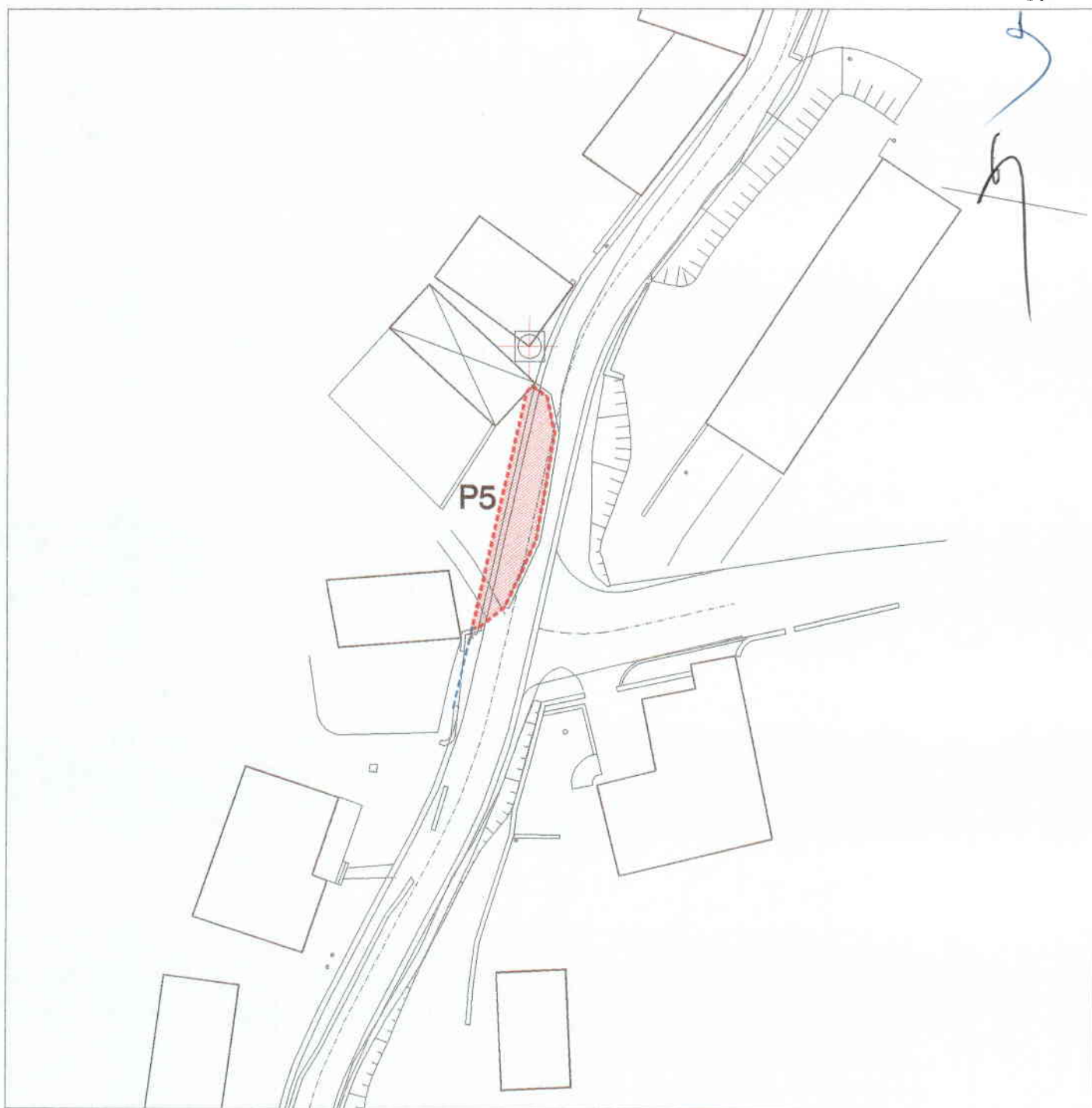
0 5 25 50 m



Esc. 1/500

4.0

Março 2008



 Parcela P5 - 60,21 m2

 Prolongamento do muro a executar no âmbito da intervenção da obra



Coordenada Rectangular - Origem Datum 73 - valores expressos em metros

X = -18921.9303 Y = 186410.9562

Proprietário

Teresa da Conceição da Cunha Gomes

Confrontações

Norte	-	-	-	-	-	Proprietários
Sul	-	-	-	-	-	Proprietários
Nascente	-	-	-	-	-	Caminho Público
Poente	-	-	-	-	-	Proprietários



Departamento de Planeamento e Habitação
Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica

Rectificação e pavimentação do C. P. que liga os lugares de Portela a Quintões em S. M. de Negrelos

Planta Cadastral - Parcela P5

0 5 25 50 (m)



5.0
Desenho n.º

Esc. 1/500 Março 2008



1

h

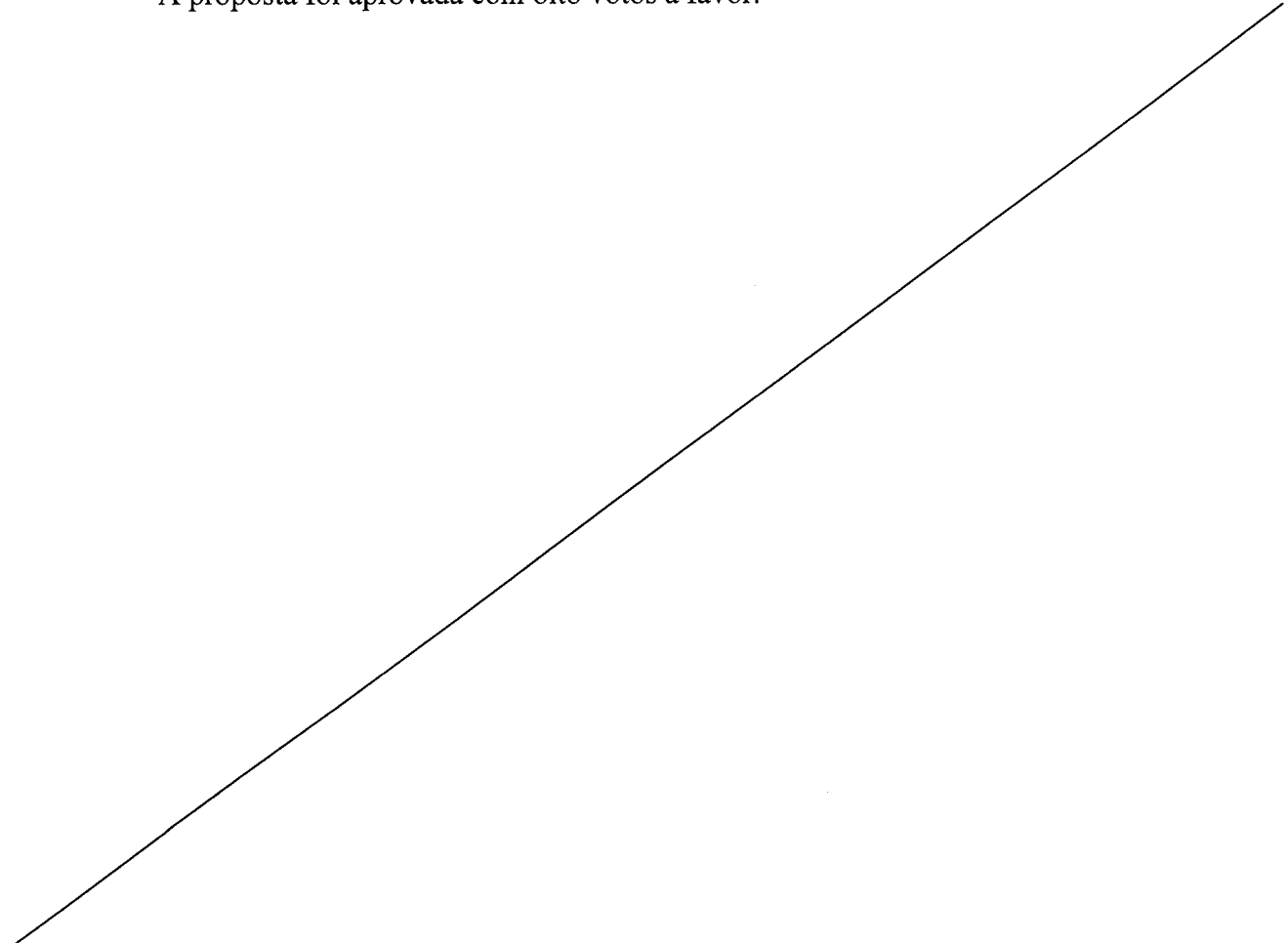
11. OUTROS SUBSÍDIOS.-----

A) Ao Grupo Columbófilo "Azas de Água Longa"-----

Presente ofício de um do corrente mês de Setembro, do Grupo Columbófilo "Azas de Água Longa" registado com o número doze mil novecentos e oitenta e quatro, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a aquisição de um camião para transporte dos pombos para os treinos e provas.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir ao Grupo Columbófilo Azas de Água Longa um subsídio no montante de 10.000,00 € (dez mil euros).-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





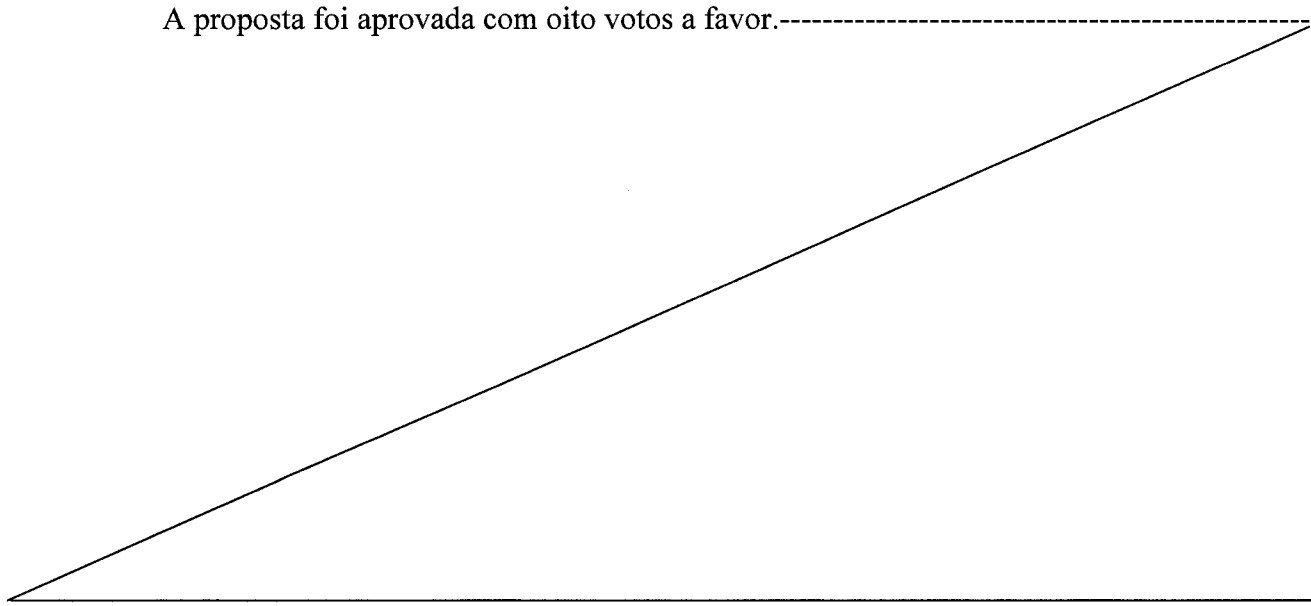
11. B) À ASSOCIAÇÃO DE PAIS, ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO E AMIGOS DO JARDIM DE INFÂNCIA E ESCOLA DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA RIBEIRA – RORIZ: CONSTRUÇÃO DE UM ALPENDRE NAS TRASEIRAS DA ESCOLA.-----

Presente ofício de quatro de Agosto findo, da Associação de Pais acima identificada, registado com o número onze mil oitocentos e cinquenta e cinco, a solicitar apoio para a construção de um alpendre nas traseiras da Escola da Ribeira, destinado a espaço de recreio das crianças, para o que remete duas propostas solicitadas pela Associação.-----

A Divisão de Edifícios informa, em vinte e oito de Agosto findo, quais os trabalhos que se mostram necessários executar para a realização da obra, e que a proposta mais vantajosa é a da sociedade Júlio Moreira e Conceição Lda – Serralharia Civil.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Associação de Pais, Encarregados de Educação e Amigos do Jardim de Infância e Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico da Ribeira um subsídio no montante de 3.214,00€ (três mil duzentos e catorze euros), com IVA incluído, para custear as despesas com a execução da referida obra, a executar com acompanhamento técnico dos serviços da Câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

11. C) SUBSÍDIO ANUAL A ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o trabalho desenvolvido no plano desportivo pelas Associações Desportivas do concelho de Santo Tirso; -----

Considerando o facto de a Câmara Municipal atribuir, anualmente, subsídios às colectividades desportivas para as ajudar a fazer face às despesas que têm com as suas actividades ao longo do ano;-----

Considerando a competência prevista na alínea a) do n.º 4 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

PROPONHO: -----

A atribuição dos seguintes subsídios anuais às colectividades abaixo mencionadas: -----

Associação Recreativa de Negrelos - S. Tomé de Negrelos-----1 350,00 €
(mil trezentos e cinquenta euros)

Clube de Cicloturismo de Santo Tirso - Santa Cristina do Couto-----375,00 €
(trezentos e setenta e cinco euros)

Futebol Clube de Vilarinho – Vilarinho-----8 000,00 €
(oito mil euros)

Karate Shotokan de Vila das Aves - Vila das Aves-----2 000,00 €
(dois mil euros)

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

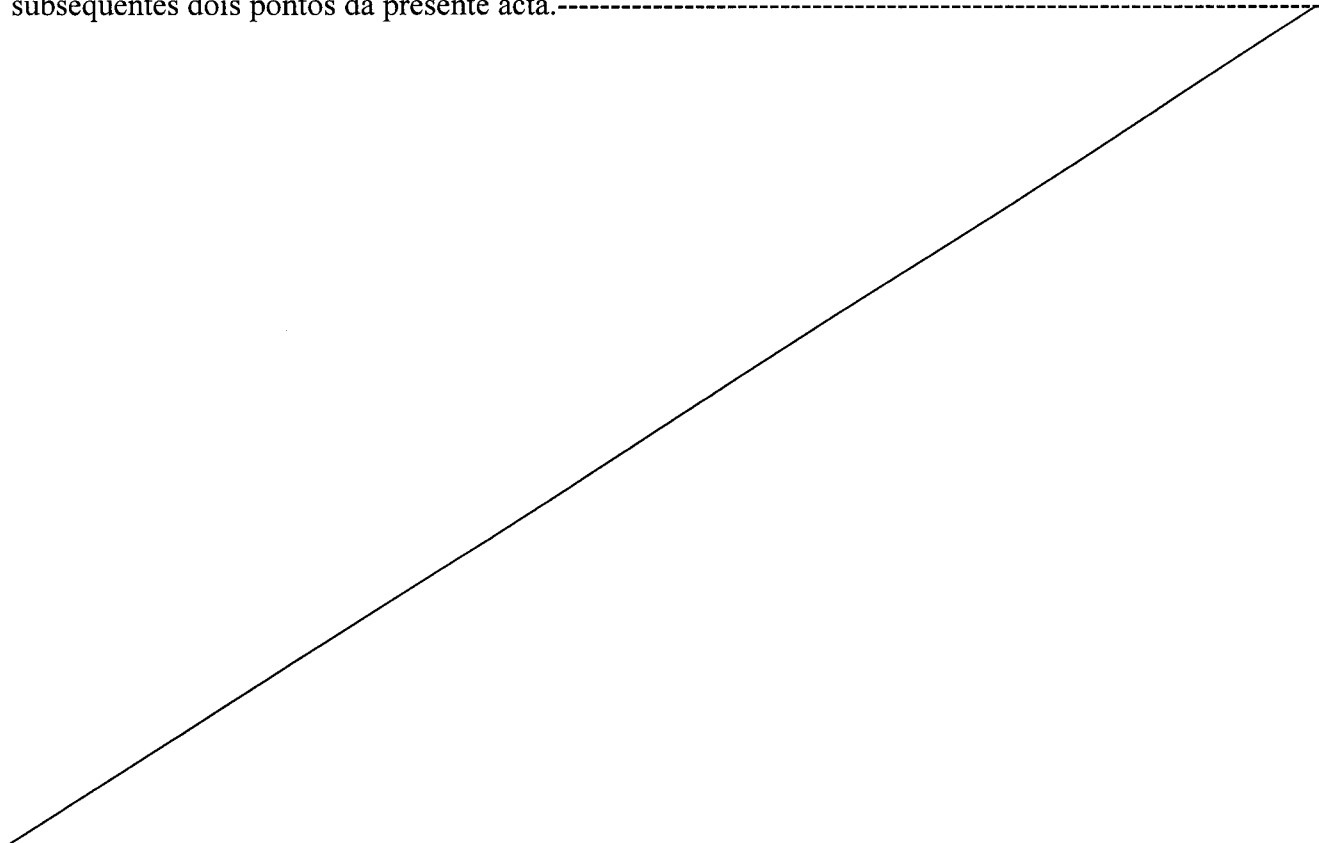
7

Finda a discussão e votação dos assuntos previamente incluídos na ordem do dia da presente reunião, o Senhor Presidente propôs, ao abrigo do disposto no artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que o executivo camarário reconhecesse a urgência de deliberação imediata sobre os seguintes assuntos:-----

- Contrato de Empreitada: “Unidade de Saúde de Areias”: Decisão de Contratar e Aprovação das Peças do Procedimento.-----

- Contrato de Empreitada: “Unidade de Saúde de S. Martinho do Campo”: Decisão de Contratar e Aprovação das Peças do Procedimento.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes na reunião, reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre os referidos assuntos, os quais passam a constituir os subsequentes dois pontos da presente acta.-----





**12. CONTRATO DE EMPREITADA: “UNIDADE DE SAÚDE DE AREIAS”:
DECISÃO DE CONTRATAR E APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO.-----**

Presente informação da Divisão de Edifícios, de vinte e um do corrente mês de Setembro, registada com o número treze mil quinhentos e cinquenta e seis, a remeter as peças do procedimento relativas à formação do contrato de empreitada acima referido, cujo valor, para efeitos de concurso, é de 1.121.090,68€ (um milhão cento e vinte e um mil e noventa euros e sessenta e oito cêntimos), mais IVA.-----

O prazo previsto para a execução da empreitada é de trezentos e sessenta e cinco dias.-----

As despesas com a execução da referida obra serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 07010307, na qual ficou cativa a importância de 227.145,21€ (duzentos e vinte e sete mil cento e quarenta e cinco euros e vinte e um cêntimos), correspondente ao valor provável dos encargos a suportar no corrente ano económico.-----

Pelo Senhor Presidente foi dito:-----

Em reunião camarária de quinze de Julho último (item dez da respectiva acta) foi ratificado o Contrato-Programa celebrado com a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. tendo por objecto a construção da Extensão de Saúde de Areias;-----

Está previsto no referido Contrato-Programa que cabe ao município lançar a obra a concurso, proceder à respectiva adjudicação e celebrar o respectivo contrato de empreitada;-----

O respectivo projecto de execução foi já aprovado pela Administração Regional de Saúde do Norte, conforme se refere no n.º 1 da cláusula 8ª do referido Contrato-Programa, e por meu despacho de vinte e nove de Julho último, para efeitos de preparação das demais peças do procedimento;-----

Face ao exposto, proponho que a câmara delibere o seguinte:-----

1. Ratificar o aludido despacho de vinte e nove de Julho último;-----
2. Autorizar a despesa inerente ao contrato de empreitada a celebrar e tomar a decisão de



contratar prevista no artigo 36º do Código dos Contratos Públicos, mediante procedimento de concurso público, de harmonia com o previsto no artigo 19º do mesmo Código.-----

3. Aprovar as peças do respectivo procedimento, que são as seguintes:-----

3.1- Programa do Procedimento, composto por dezoito folhas, numeradas de um a dezoito;-----

3.2- Caderno de Encargos, composto pelos seguintes elementos:-----

3.2.1- Programa Funcional, composto por uma folha;-----

3.2.2 - Cláusulas Jurídicas a incluir no contrato, documento composto por trinta e quatro folhas, numeradas de um a trinta e quatro;-----

3.2.3- O referido Projecto de Execução, que é composto pelos seguintes elementos:-----

- Projecto de Arquitectura e Arranjos Exteriores;-----

- Estudo Acústico;-----

- Projecto de Acessibilidades;-----

- Projecto de Fundações e Estruturas e Projecto de Escavação e Contenção Periférica;-----

- Projecto de Instalação de Águas e Esgotos;-----

- Projecto de Instalação de Redes de Gases Medicinais;-----

- Plano de Segurança e Saúde;-----

- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição;-----

- Projecto de Instalação Eléctrica, Telecomunicações e Segurança;-----

- Projecto de Instalações Mecânicas de AVAC;-----

- Projecto de Segurança contra o Risco de Incêndio;-----

- Projecto de Instalações Electromecânicas de Transporte de Pessoas.-----

Em cumprimento do disposto nos números 4 e 5 do artigo 43º do Código dos Contratos Públicos, acompanham ainda o Projecto de Execução os seguintes elementos:-----

3.3 – Mapa de Quantidades de trabalhos a executar, composto por cinquenta e três folhas,



4

numeradas de um a cinquenta e três;-----

3.4 – Reconhecimento Geológico – Geotécnico;-----

3.5 – Pareceres das entidades consultadas, a saber:-----

- Administração Regional de Saúde do Norte. I.P;-----

- EDP – Distribuição – Energia S.A;-----

- Autoridade Nacional de Protecção Civil.-----

3.6 – Dados sobre a localização do empreendimento (elementos registrais e matriciais do terreno);-----

3.7 – Indicações relativas ao financiamento da obra (Contrato-Programa celebrado com a ARSNorte e Contrato de Financiamento no âmbito do Programa Operacional da Região Norte).-----

4. Designar o júri do respectivo procedimento com a seguinte composição:-----

Membros Efectivos

Presidente: Eng.º Carlos António Nogueira Veloso, Director do Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal;-----

Eng.ª Maria João Viterbo, em representação da ARSNorte IP;-----

Dra. Emília Cristina Campos Ramos Maia, Técnica Superior (Jurista) da Câmara Municipal;-----

Membros Suplentes:

Arquitecto José António da Silva Lopes, Director do Departamento de Planeamento e Habitação da Câmara Municipal;-----

Dra. Diana Paula Ferreira Salgado, Chefe da Divisão Jurídica e do Contencioso da Câmara Municipal;-----

Eng.ª Maria Fernanda Pires de Lima Silva Coelho, Chefe da Divisão de Edifícios da Câmara Municipal.-----

As quatro propostas que antecedem foram aprovadas com oito votos a favor.-----



13. CONTRATO DE EMPREITADA: “UNIDADE DE SAÚDE DE S. MARTINHO DO CAMPO”: DECISÃO DE CONTRATAR E APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO.-----

Presente informação da Divisão de Edifícios, de vinte e um do corrente mês de Setembro, registada com o número treze mil quinhentos e cinquenta e cinco, a remeter as peças do procedimento relativas à formação do contrato de empreitada acima referido, cujo valor, para efeitos de concurso, é de 1.167.710,88 € (um milhão cento e sessenta e sete mil setecentos e dez euros e oitenta e oito cêntimos), mais IVA.-----

O prazo previsto para a execução da empreitada é de trezentos e sessenta e cinco dias.-----

As despesas com a execução da referida obra serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 07010307, na qual ficou cativa a importância de 102.596,42 € (cento e dois mil quinhentos e noventa e seis euros e quarenta e dois cêntimos correspondente ao valor provável dos encargos a suportar no corrente ano económico.-----

Pelo Senhor Presidente foi dito:-----

Em reunião camarária de quinze de Julho último (item dez da respectiva acta) foi ratificado o Contrato-Programa celebrado com a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. tendo por objecto a construção da Extensão de Saúde de S. Martinho do Campo;-----

Está previsto no referido Contrato-Programa que cabe ao município lançar a obra a concurso, proceder à respectiva adjudicação e celebrar o respectivo contrato de empreitada;-----

O respectivo projecto de execução foi já aprovado pela Administração Regional de Saúde do Norte, conforme se refere no n.º 1 da cláusula 8ª do referido Contrato-Programa, e por meu despacho de vinte e nove de Julho último, para efeitos de preparação das demais peças do procedimento;-----

Face ao exposto, proponho que a câmara delibere o seguinte:-----

1. Ratificar o aludido despacho de vinte e nove de Julho último;-----



2. Autorizar a despesa inerente ao contrato de empreitada a celebrar e tomar a decisão de contratar prevista no artigo 36º do Código dos Contratos Públicos, mediante procedimento de concurso público, de harmonia com o previsto no artigo 19º do mesmo Código.-----

3. Aprovar as peças do respectivo procedimento, que são as seguintes:-----

3.1- Programa do Procedimento, composto por dezoito folhas, numeradas de um a dezoito;-----

3.2- Caderno de Encargos, composto pelos seguintes elementos:-----

3.2.1- Programa Funcional, composto por uma folha;-----

3.2.2 - Cláusulas Jurídicas a incluir no contrato, documento composto por trinta e quatro folhas, numeradas de um a trinta e quatro;-----

3.2.3- O referido Projecto de Execução, que é composto pelos seguintes elementos:-----

- Projecto de Arquitectura e Arranjos Exteriores;-----

- Estudo Acústico;-----

- Plano de Acessibilidades;-----

- Projecto de Fundações e Estruturas;-----

- Projecto de Instalações de Águas e Esgotos;-----

- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição;-----

- Plano de Segurança e Saúde;-----

- Projecto de Instalação Eléctrica, Telecomunicações e Segurança;-----

- Projecto de Instalações Mecânicas de AVAC;-----

- Projecto de Instalação de Redes de Gases Medicinais;-----

- Projecto de Segurança contra o Risco de Incêndio;-----

- Projecto de Instalações Electromecânicas de Transporte de Pessoas.-----

Em cumprimento do disposto nos números 4 e 5 do artigo 43º do Código dos Contratos Públicos, acompanham ainda o Projecto de Execução os seguintes elementos:-----



3.3 – Mapa de Quantidades dos trabalhos a executar, composto por cinquenta e cinco folhas, numeradas de um a cinquenta e cinco;-----

3.4 – Reconhecimento Geológico – Geotécnico;-----

3.5 – Pareceres das entidades consultadas, a saber:-----

- Administração Regional de Saúde do Norte. I.P;-----

- Autoridade Nacional de Protecção Civil.-----

3.6 – Dados sobre a localização do empreendimento (elementos registrais e matriciais do terreno);-----

3.7 – Indicações relativas ao financiamento da obra (Contrato-Programa celebrado com a ARSNorte).-----

4. Designar o júri do respectivo procedimento com a seguinte composição:-----

Membros Efectivos

Presidente: Arquitecto José António da Silva Lopes, Director do Departamento de Planeamento e Habitação da Câmara Municipal;-----

Eng.ª Maria João Viterbo, em representação da ARSNorte IP;-----

Dra. Diana Paula Ferreira Salgado, Chefe da Divisão Jurídica e do Contencioso da Câmara Municipal;-----

Membros Suplentes:

Eng.º Carlos António Nogueira Veloso, Director do Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal;-----

Dra. Emília Cristina Campos Ramos Maia, Técnica Superior (Jurista) da Câmara Municipal;-----

Eng.ª Maria Fernanda Pires de Lima Silva Coelho, Chefe da Divisão de Edifícios da Câmara Municipal.-----

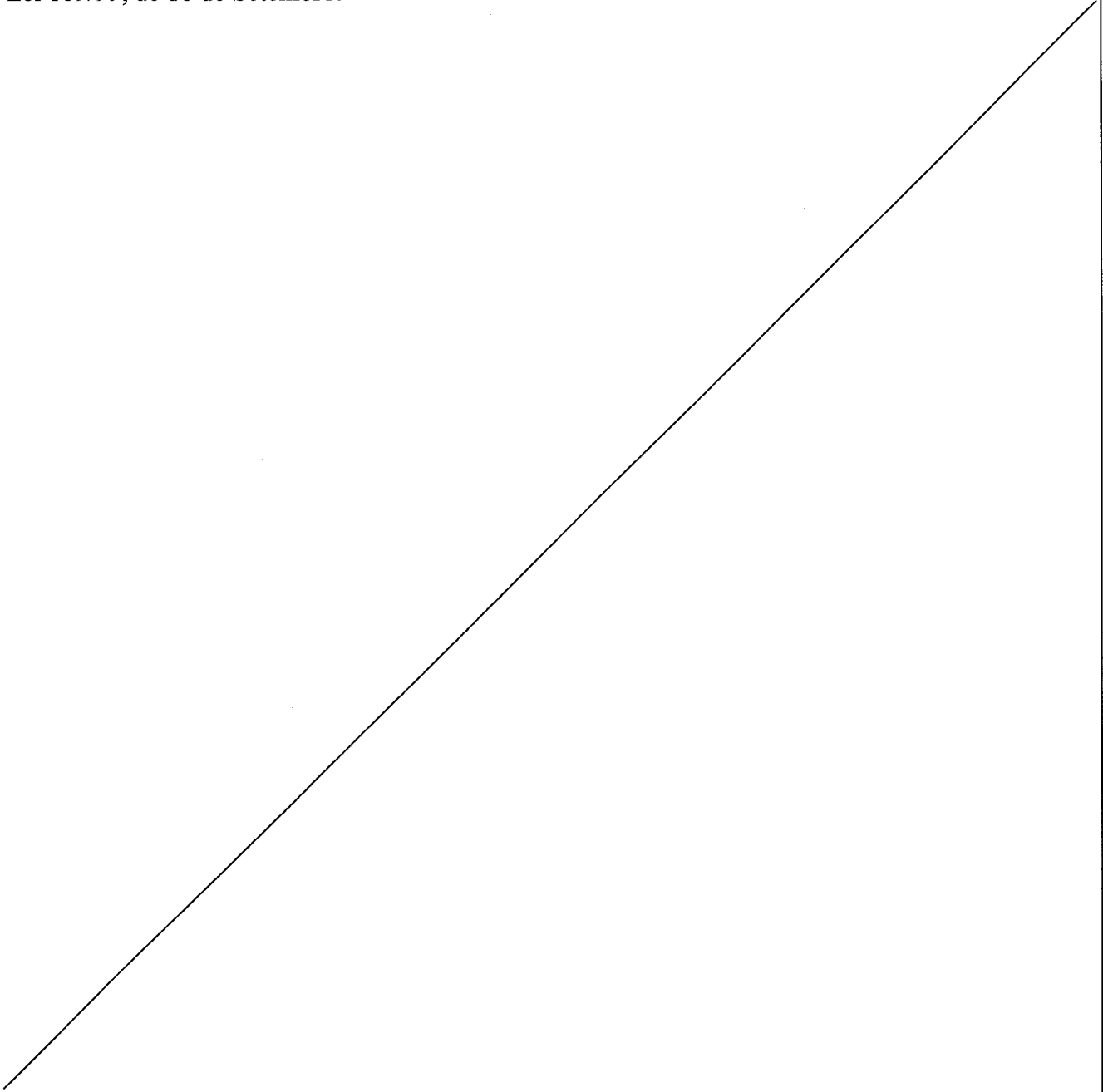
As quatro propostas que antecedem foram aprovadas com oito votos a favor.-----



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: No final e depois de lida a presente acta, o Senhor Presidente propôs a aprovação da mesma acta em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----





[Handwritten signature]

ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Dez horas e quarenta minutos.-----

E para constar se lavrou a presente acta que tem setenta e nove folhas e sete documentos anexos, sendo o Anexo I composto por sete folhas, respeitante ao item três desta acta; os Anexos II e III, composto por dezanove folhas cada um, respeitantes ao item oito, o Anexo IV, composto por cinco folhas, respeitante ao item nove, e os Anexos V, VI, VII, compostos por três folhas, uma folha, e oito folhas, respectivamente, respeitantes ao item dez, todos rubricados por mim e pelo Presidente da Câmara, apenas utilizadas no anverso, que eu

[Handwritten signature: Maria Adília Salgado]

[Handwritten signature]
funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

[Handwritten signature]

APROVAÇÃO DA ACTA.-----

A presente acta foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 7 / 10 / 2009 conforme consta do item um da respectiva acta (folhas hinta da respectiva minuta).-----

A Secretária,

[Handwritten signature]